UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL PRONERA

GALHARDO LIMA DA SILVA

A RESISTÊNCIA DAS MÃOS QUE QUEBRAM: A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DE LAGO DO JUNCO E LAGO DOS RODRIGUES - AMTR

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO
2025

Galhardo Lima da Silva

A Resistência das Mãos que Quebram: A organização política das mulheres na Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues - AMTR

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Serviço Social Pronera, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Profa Dra. Zaira Sabry Azar.

Miracema do Tocantins, TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586r Silva, Galhardo Lima da.

A Resistência das Mãos que Quebram: A organização política das mulheres na Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues - AMTR. / Galhardo Lima da Silva. – Miracema, TO, 2025.

79 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social - Pronera, 2025.

Orientador: Zaira Sabry Azar

1. Movimentos Sociais. 2. Quebradeiras de Coco Babaçu. 3. Conflitos Agrários. 4. Lago do Junco. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GALHARDO LIMA DA SILVA

A RESISTÊNCIA DAS MÃOS QUE QUEBRAM: A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DE LAGO DO JUNCO E LAGO DOS RODRIGUES - AMTR

Monografia apresentado à Universidade Federal do Tocantins – UFT - Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Serviço Social/PRONERA, foi avaliado para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 28/02/2025

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Zaira Sabry Azar, orientadora, UFMA

Prof. Dra. Maria Helena Cariaga Silva, Examinadora, UFT

Prof. Dra. Maria José Antunes da Silva, Examinadora, UFT

Dedico este trabalho com muita alegria e entusiasmo a meus pais e meus irmãos que foram a minha sustentação em minha formação.

Aos meus pais, José e Maria que sempre me ensinaram o valor do trabalho, da ética e da empatia, deixo minha eterna gratidão por cada sacrifício, palavra de incentivo e por acreditar incondicionalmente no meu potencial, mesmo nos momentos mais desafiadores e aos meus irmãos, Jessé, Samuel e Débora cuja companhia, apoio e inspiração foram essenciais para enfrentar os obstáculos e celebrar as conquistas, agradeço por compartilhar comigo sonhos, desafios e alegrias, fortalecendo meu compromisso com a justiça social.

AGRADECIMENTOS

Ao chegar ao final desta jornada acadêmica, sinto-me imensamente grato por todas as experiências, aprendizados e, sobretudo, pelo apoio incondicional que recebi ao longo do meu percurso. Este trabalho de conclusão de curso é, antes de tudo, fruto do incentivo e da dedicação de pessoas que, de maneiras diversas, contribuíram para a minha formação como bacharel em Serviço Social.

Agradeço, primeiramente, à minha família, cujo amor, paciência e compreensão foram essenciais para que eu pudesse enfrentar os desafios e celebrar as conquistas desta trajetória. Vocês foram minha base, meu porto seguro, e é com gratidão que dedico este trabalho a vocês.

Meus sinceros agradecimentos à minha orientadora profª. dra. Zaira Sabry, cuja orientação, observações e encorajamento foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo. Agradeço também a todos os professores e colaboradores do curso, que compartilharam seus conhecimentos e experiências, enriquecendo minha formação acadêmica e profissional.

À meus tios, Vicente e Albertina que sempre me apoiaram para esta realização cujo amor incondicional me deram forças para superar os desafios e acreditar na possibilidade de transformar sonhos em realidade. Aos amigos e colegas, que compartilharam sorrisos, lutas e aprendizados, tornando cada passo desta caminhada mais leve e significativo.

Que este trabalho não seja apenas a celebração de uma conquista acadêmica, mas também o reconhecimento das inúmeras histórias e desafios que moldam a prática do Serviço Social, reafirmando o compromisso com a transformação e o cuidado com o próximo.

Esta conquista é nossa e reflete o poder transformador dos laços familiares, que me impulsionam a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e humana.

Às instituições e profissionais que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho, deixo minha profunda gratidão. Cada contato, cada experiência vivida, contribuiu para ampliar minha visão e fortalecer meu compromisso com a transformação social.

Por fim, agradeço aos amigos e colegas de curso que estiveram ao meu lado, oferecendo suporte e parceria nos momentos de desafios e de conquistas. A caminhada foi mais leve e significativa graças a vocês.

A todos, o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso explora a trajetória de luta e organização política das mulheres na Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), destacando como elas se tornaram símbolos de resistência e transformação social. Enfrentando desafios históricos e econômicos, as quebradeiras de coco babaçu emergiram como protagonistas de um movimento que une a preservação ambiental, a equidade de gênero e o fortalecimento das comunidades rurais. O estudo revela como essas mulheres não apenas desafiaram estruturas patriarcais e econômicas excludentes, mas também construíram alternativas sustentáveis e solidárias que valorizam a justiça social e os saberes tradicionais. Com base em uma abordagem qualitativa e uma sólida fundamentação teórica, a pesquisa conecta as lutas locais das quebradeiras de coco com questões mais amplas, como a reforma agrária, os direitos das mulheres e a preservação do meio ambiente. A experiência da AMTR destaca-se como um exemplo poderoso de como as ações coletivas podem transformar realidades e ampliar o debate sobre justiça de gênero, desenvolvimento sustentável e direitos sociais no Brasil. Este trabalho é um convite para refletir sobre o papel das mulheres como agentes de mudança e a relevância de fortalecer movimentos sociais em busca de um futuro mais igualitário e inclusivo.

Palavras-chaves: Movimentos sociais. Quebradeiras de coco babaçu. Conflitos agrários.

ABSTRACT

This Course Completion Work explores the trajectory of women's struggle and political organization in the Association of Rural Workers of Lago do Junco and Lago dos Rodrigues (AMTR), highlighting how they became symbols of resistance and social transformation. Facing historical and economic challenges, babassu coconut breakers have emerged as protagonists of a movement that combines environmental preservation, gender equity and the strengthening of rural communities. The study reveals how these women not only challenged exclusionary patriarchal and economic structures, but also built sustainable and supportive alternatives that value social justice and traditional knowledge. Based on a qualitative approach and a solid theoretical foundation, the research connects the local struggles of coconut breakers with broader issues, such as agrarian reform, women's rights and environmental preservation. AMTR's experience stands out as a powerful example of how collective actions can transform realities and expand the debate on gender justice, sustainable development and social rights in Brazil. This work is an invitation to reflect on the role of women as agents of change and the relevance of strengthening social movements in search of a more egalitarian and inclusive future.

Key-words: Social movements. Babassu coconut breakers. Agrarian conflicts.

.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Produtos produzidos pela cooperativa…….....59
Figura 2 - Produtos Extraídos do coco babaçu…….....62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Países com taxas de feminicisio mais elevados (OMS, 2019).....22
Tabela 2 - Comparação entre Brasil e alguns países desenvolvidos (cálculos estimados).....22
Tabela 3 - Feminicídios. Brasil e unidades da Federação - 2022/2023.....23
Tabela 4 - Babaçu Comercializado nas cantinas e pontos de compras no ano de 2024…….....60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACESA	Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura
ACR	Animação dos Cristãos no Meio Rural do Brasil
AJR	Associação de Jovens Rurais
AMTR	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ASSEMA	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
CEB´s	Comunidade Eclesiais de Base
CEFFA	Centro Familiar de Formação por Alternância
COOPAESP	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis
COPPALJ	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de lago do Junco
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRIS	Comissão Interministerial de Saúde
EFA	Escola Família Agrícola
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCN-RJ	Instituto de Pesquisa das Culturas Negras do Rio de Janeiro
ITERMA	Instituto de Colonização de Terra do Maranhão
LGBTQIA+	Lesbica, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais
MFPA	Movimento Feminino Pela Anistia
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MMC	Movimentos de Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MNU	Movimento Negro Unificado
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações não Governamentais
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SINAM	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUS	Sistema Único de Saúde
UAEFAMA	União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

1.1 As Mulheres na Luta: As Quebradeiras de Coco, a Terra e os Babaçuais...…...……... 16

1.1.1 A Luta das Mulheres no Brasil: Pensando a História…….. 18

1.1.2 A Luta das Mulheres no Brasil: Pensando a História…… 28

2 QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA NO MARANHÃO: ALGUMAS INDICAÇÕES……..... 36

2.1 A concentração fundiária como centralidade……..... 37

2.1.1 A luta pela terra no Médio Mearim……..... 45

3 COCO BABAÇU: IDENTIDADE E RESISTÊNCIA……..... 54

3.1 AMTR: organização das mulheres na economia……... 56

3.2 AMTR: organização das mulheres na luta de resistência……..… 68

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 73

REFERÊNCIAS..... 75

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico tem como objeto a organização política das mulheres na Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR). A pesquisa busca analisar o engajamento das mulheres em movimentos sociais, explorando as causas desta luta e a importância de sua inserção ativa nesses espaços.

A AMTR surge como um exemplo significativo de mobilização coletiva feminina, em que as mulheres quebradeiras de coco babaçu uniram esforços para enfrentar desafios históricos e promover a valorização de seus direitos. A temática abordada revela a centralidade do papel da mulher na busca por transformação social, especialmente em contextos rurais, onde desigualdades de gênero são ainda mais acentuadas.

Nos relatos das quebradeiras vamos poder observar claramente como se deu na prática um pouco da sua atuação, que segundo elas, seu trabalho não é apenas para a preservação do babaçu, mas também em defesa do direito da mulher, contra a violência doméstica, discriminação social, assim como pelo direito à saúde e à educação.

Delgado (2003), destaca a história como manifestação do fazer coletivo que incorpora vivências individuais e, por decorrência, no mínimo duas dimensões: temporal coletiva e temporal individual. Dimensões que, acopladas, conformam experiências únicas, através de uma dinâmica que reconstrói o passado ao tecer sua representação no presente, plasmando em um único enredo a trama das vivências coletivas (DELGADO, 2003, p.13).

O estudo da AMTR e de suas práticas organizativas insere-se em uma trajetória histórica que remonta às lutas das mulheres no campo. Desde o marco da colonização brasileira, a questão agrária foi marcada pela concentração de terras, pela exploração dos recursos naturais e pela marginalização das populações rurais, especialmente das mulheres. As quebradeiras de coco babaçu, com suas práticas tradicionais e saberes ancestrais, representam uma resistência viva às adversidades impostas pelo sistema agrário e por políticas públicas frágeis, pontuais e fragmentadas, sendo a AMTR um exemplo de organização coletiva que une gênero, território e luta por direitos, como pode ser observado no relato de dona Sebastiana para Silva (2020, p.37);

> Na história do início da AMTR a gente tinha muito medo de não aparecer quem comprasse o nosso coco que a gente quebrava. Por que a história é assim, além da gente quebrar 10 kg de coco para comprar 1 kg de arroz, um comprador dizia era assim: ninguém tá nem fazendo questão por isso, quebrar coco. Mesmo ele se beneficiando, ele jogava na cara da gente. Aí foi que a gente começou a valorizar o coco tirando azeite para fazer o sabão, nós mesmo tirava, uma semana duas, três levava, na outra semana era outras três, e assim dizendo nós que esse pequeno gesto nosso era para fortalecer as vendas desse coco, para eles comprar para não acabar, por que a história era essa, se eles parassem de comprar, eles derrubar tudo porque não ia

> ter mais comércio pro coco. É um pensamento de antes da AMTR, porque associação de mulheres me fez perceber também o que era possível através da luta por dias melhores (Sebastiana Ferreira Costa Silva–Moça, Centro da Aparecida, Lago do Junco). (SILVA, 2020, p.37).

Este estudo é relevante para a academia ao abordar três eixos temáticos fundamentais. O primeiro, a análise do contexto político brasileiro de mulheres nos movimentos sociais, a luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu, assim, ao analisarmos o papel das mulheres nos movimentos sociais, o trabalho ilumina as estratégias de resistência feminina em um cenário político marcado pelas desigualdades de gênero e de classe e, com isso, contribui para os estudos de gênero e para a compreensão das práticas que fortalecem o papel feminino no Brasil.

No segundo eixo, que trata da questão agrária e a luta pela terra no Maranhão, o trabalho reflete sobre a estrutura fundiária brasileira e os desafios enfrentados pelas populações rurais na luta pelo direito à terra e aos recursos naturais. As quebradeiras de coco babaçu, ao reivindicarem o uso sustentável do babaçu e a valorização de sua cultura, questionam o modelo agrário hegemônico e propõem alternativas baseadas na justiça social e ambiental.

No terceiro eixo que aborda sobre o Coco Babaçu: Identidade e Resistência, a pesquisa analisa esta Associação como um espaço de articulação política que fortalece a identidade coletiva e promove a transformação social. O estudo deste processo organizativo oferece subsídios para entender como as mulheres se tornam protagonistas de suas histórias e agentes de mudanças em suas comunidades.

Para o Serviço Social, a pesquisa reforça a necessidade de reconhecer e apoiar as organizações de base como espaços de luta por direitos e de promoção da cidadania. Ao investigar a experiência da AMTR, o trabalho contribui para a formulação de estratégias de intervenção social mais sensíveis às realidades das quebradeiras de coco babaçu.

Por fim, na dimensão subjetiva, este estudo possibilita um mergulho crítico e reflexivo em uma temática que conecta aspectos históricos, sociais e políticos, me oportunizando compreender os desafios e as potencialidades das lutas sociais, promovendo uma formação acadêmica mais comprometida com a transformação social e com o fortalecimento das vozes silenciadas pela desigualdade.

Este trabalho monográfico tem como objetivo geral analisar o processo de organização política da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), destacando seu papel como um movimento social na luta por direitos e autonomia das mulheres trabalhadoras rurais. Para alcançar este propósito, é essencial contextualizar as especificidades da luta das mulheres no Brasil, especialmente na particularidade das quebradeiras de coco babaçu em uma microrregião do estado do Maranhão,

com destaque para como essas ações se traduzem em práticas organizativas que fortalecem a luta por justiça social e igualdade de gênero. Neste sentido, como objetivos específicos, a pesquisa busca:

- Configurar a luta das mulheres no Brasil, dando enfoque às quebradeiras de coco babaçu, cuja atuação histórica está marcada por resistências e pela construção de alternativas para superar as desigualdades sociais e econômicas, entendendo que o protagonismo dessas mulheres revela como as relações de gênero, trabalho e meio ambiente estão profundamente conectadas, e como essas trabalhadoras têm transformado realidades locais por meio de suas práticas cotidianas.
- Contextualizar a AMTR como um movimento social de destaque, dedicado à defesa dos direitos das mulheres e à promoção de condições mais dignas de vida para as trabalhadoras rurais. Isto porque a Associação não apenas representa a luta pelo reconhecimento das quebradeiras de coco babaçu, mas também desempenha um papel central na construção de políticas públicas e no fortalecimento de redes de solidariedade entre mulheres, ampliando o alcance de suas demandas.
- Refletir sobre os processos políticos e organizativos da AMTR, evidenciando as estratégias utilizadas para mobilizar, engajar e fortalecer seus integrantes, uma vez que essas ações evidenciam a relevância deste movimento não apenas como uma associação local, mas como um exemplo de organização política que desafia estruturas de poder historicamente dominantes e promove transformações sociais significativas.

O presente trabalho utilizou como método de análise o materialismo histórico-dialético, uma vez que este permite compreender a totalidade e as contradições dos processos em seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que perpassam a vida em sociedade. Compreendermos que o método possibilita maiores contribuições para o conhecimento da realidade, através dos estudos sócio histórico. De acordo com Pontes (2007), o método procura extrair:

> [...] da forma empírica do fenômeno a raiz histórica de sua constituição, os processos que o constituíram este enquanto partícipe dos processos. Enfim, a concepção dialética determina a intenção e a ação de compreender as condições que engendram os processos históricos e os sujeitos destes processos nas suas particularidades e processos (PONTES, 2007, p. 66).

Por se tratar de um estudo descritivo e não possuir nenhum dado quantitativo, a pesquisa se caracteriza pela abordagem qualitativa, no momento em que

> Responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, dentro das Ciências Sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atividades. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte

> da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2016, p.20).

Para a fundamentação teórica, o referido trabalho monográfico utilizou a pesquisa bibliográfica e documental, considerando que

> A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008, p. 52).

Ao que se refere à pesquisa bibliográfica foram pesquisados artigos científicos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos, monografias, dissertações e livros. Como fontes para a pesquisa documental foram feitos estudos de legislações, como Leis, além de relatórios e dados de instituições como IBGE.

Além destes elementos, o presente trabalho monográfico desenvolve-se a partir de um referencial teórico estruturado em três capítulos, cada um abordando aspectos fundamentais para a análise do processo de organização política da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR). A fundamentação busca articular conceitos e debates centrais relacionados à luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu, à questão agrária no Brasil e ao papel simbólico do coco babaçu como elemento de identidade e resistência.

O primeiro capítulo trata sobre as mulheres na luta: das quebradeiras de coco, a terra e os babaçuais é abordada como um exemplo de resistência contra a exploração econômica e o patriarcado, destacando sua relevância para a construção de novas formas de organização coletiva e para o fortalecimento das redes de solidariedade entre mulheres. São analisadas as estratégias utilizadas para enfrentar as desigualdades estruturais, como o acesso à terra e ao trabalho, e a construção de identidades coletivas que reconhecem o protagonismo feminino.

O segundo capítulo aborda sobre a questão agrária e a luta pela terra no Maranhão: algumas considerações, a partir do modelo de desenvolvimento agrário brasileiro, historicamente excludente e concentrador de terras, que afeta diretamente as comunidades tradicionais, assim como as mulheres, especialmente as quebradeiras de coco, que articulam formas de resistência. O enfoque está nas contradições do agronegócio e nas implicações para os modos de vida sustentáveis defendidos pelas populações do campo.

O terceiro capítulo traz o coco babaçu como um símbolo de identidade e resistência para a AMTR, reflete sobre a centralidade do coco babaçu para a organização política e econômica

da AMTR. Nesse sentido, é compreendido não apenas como um recurso natural, mas como um símbolo de sustento, identidade cultural e resistência política.

Aqui, destaca-se como o coco babaçu representa uma fonte de renda e autonomia para as mulheres da AMTR, ao mesmo tempo em que simboliza uma luta maior pelo reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais. Também reflete sobre a atuação da AMTR e de outras organizações na promoção de políticas públicas voltadas para o extrativismo sustentável e na preservação do meio ambiente, consolidando o babaçu como uma força de resistência frente aos desafios econômicos e políticos enfrentados pelas mulheres rurais.

A fundamentação teórica deste trabalho busca articular as discussões sobre movimentos sociais, questão agrária e sustentabilidade, com foco no protagonismo das mulheres quebradeiras de coco babaçu e no papel da AMTR como agente transformador. Essa abordagem interdisciplinar permite compreender a luta das mulheres rurais no Brasil como parte de uma resistência histórica que conecta aspectos de gênero, território e identidade coletiva.

Por fim, as considerações finais evidenciam o papel transformador das mulheres quebradeiras de coco babaçu na luta por seus direitos e promoção de uma justiça social que ultrapassa as fronteiras do campo. A trajetória dessas mulheres, marcada por uma mobilização coletiva que também preserva os saberes tradicionais e a busca por autonomia, demonstra como a união e a integração política podem romper com estruturas históricas de exclusão e exploração. Ao integrar as dimensões de gênero, território e cultura, a AMTR não só fortalece a identidade e o protagonismo feminino, mas também propõe alternativas sustentáveis para um modelo agrário excludente.

Essa resistência, que se materializa na valorização do coco babaçu como símbolo de sustento e afirmação cultural, reafirma a importância de espaços de luta que possibilitam a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Em resumo, o estudo ressalta que o enfrentamento das desigualdades sociais e a promoção da cidadania depende das articulações de movimentos que, como a AMTR, transformam desafios cotidianos em oportunidades de resistência e renovação das ações.

1.1 As Mulheres na Luta: As Quebradeiras de Coco, a Terra e os Babaçuais

No Brasil, a participação política das mulheres tem avançado bastante, embora ainda enfrente obstáculos significativos. Historicamente, as mulheres foram excluídas dos espaços de poder e decisão, com conquistas muito recentes, pois, por exemplo, somente em 1932, com o Código Eleitoral, as mulheres conquistaram o direito ao voto, e a primeira mulher eleita para o Congresso Nacional ocorreu apenas em 1934. Essa trajetória revela um contexto de exclusão

sistemática, que começou a ser desafiado de forma mais incisiva a partir da década de 1970, com a emergência dos movimentos feministas que integraram a luta por direitos democráticos durante a ditadura militar (1964-1985).

Para um melhor entendimento desse contexto político das mulheres no movimento social brasileiro, é essencial entender suas dinâmicas, bem como os desafios e avanços que caracterizam a participação feminina na vida social do país. Esse movimento é parte de uma luta contínua por direitos e reconhecimento em um ambiente político historicamente dominado por homens.

O envolvimento das mulheres nos movimentos sociais é um aspecto crucial para compreender o cenário político brasileiro contemporâneo. Movimentos como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), assim como movimentos e organizações de lutas gerais que tem incorporado a luta das mulheres em seus debates, têm sido fundamentais na promoção de agendas que priorizam não apenas a igualdade de gênero, mas também a justiça social e racial.

As mulheres têm buscado ocupar espaços de poder e decisão, refletindo em ações que têm transformado aspectos das políticas públicas, especialmente nas últimas décadas. Essas iniciativas, impulsionadas por organizações de base como a AMTR, vêm estabelecendo um novo paradigma de participação das mulheres na política e na economia.

O contexto político brasileiro, por seu turno, oferece um cenário intenso de pautas e negociações para mulheres que desejam protagonismo em movimentos sociais. As legislações voltadas para a promoção da igualdade de gênero ainda enfrentam resistências, mas o crescimento de coletivos, redes e alianças entre mulheres de diferentes setores fortalece essas pautas. A AMTR, nesse cenário, emerge não apenas como uma associação de trabalhadoras, mas como uma entidade política que articula a participação ativa das mulheres no processo de construção democrática do país.

Dessa forma, perceber a atuação das mulheres na organização política a partir de movimento social torna-se crucial para o entendimento da construção de um Brasil mais igualitário. Este capítulo introduz, portanto, uma discussão que será explorada nos próximos capítulos sobre a relevância dessa mobilização não apenas para as mulheres diretamente envolvidas, mas para toda a sociedade.

1.1.1 A Luta das Mulheres no Brasil: Pensando a História

Neste item, abordaremos a trajetória histórica e os desafios contemporâneos da luta das mulheres no Brasil, com ênfase em três períodos históricos fundamentais: o período colonial e imperial, o século XX, com a conquista do voto feminino, e o cenário contemporâneo, apontando avanços legislativos importantes, assim como desafios. Além disso, discutiremos a importância dos movimentos sociais com a centralidade das quebradeiras de coco babaçu.

Entender a luta das mulheres no Brasil envolve discutir as múltiplas frentes de batalha que foram e continuam sendo travadas, como a busca por direitos políticos, o combate à violência de gênero, a igualdade no mercado de trabalho e o direito ao próprio corpo. A luta é interseccional, ou seja, envolve diferentes grupos sociais, classes e etnias, mostrando que as demandas das mulheres negras, indígenas, trabalhadoras rurais e LGBTQIA+ têm especificidades que precisam ser respeitadas e incluídas na pauta feminista.

Conforme Del Priore (2011), nos primeiros séculos de colonização, o papel das mulheres na sociedade brasileira era estritamente limitado ao ambiente familiar e doméstico. Elas eram vistas como propriedades dos homens e responsáveis pela reprodução e cuidado da família. As mulheres negras e indígenas, por sua vez, enfrentavam ainda mais opressão, sendo frequentemente submetidas ao trabalho forçado e à violência sexual.

A mulher branca de classe alta tinha um papel social confinado à administração do lar e à educação dos filhos, sem acesso à educação formal ou à vida pública. Já as mulheres negras, em sua maioria escravizadas, viviam sob um regime brutal de exploração, que incluía o trabalho físico extenuante e, muitas vezes, como já dito, a violência sexual. Para as mulheres indígenas, a situação era semelhante, com a sobreposição da colonização e a imposição de normas culturais que exprimiam suas formas tradicionais de organização social e familiar.

Com a chegada da corte portuguesa ao Brasil em 1808, algumas mulheres de elite começaram a ter acesso a uma educação rudimentar. No entanto, a participação política feminina era inexistente, e as leis reforçam a subordinação das mulheres aos homens. (DEL PRIORE, 1997, p.178).

Foi apenas com o advento do século XIX que foram registradas as primeiras manifestações de descontentamento feminino, com a emergência de vozes que reivindicavam a participação das mulheres na vida pública e a ampliação de seus direitos, sobretudo na educação. Neste sentido, um marco importante foi a luta pela abolição da escravidão, na qual muitas mulheres negras desempenharam um papel crucial.

A luta das mulheres brasileiras por direitos civis e políticos ganhou força no final do século XIX e início do século XX, em um momento de mudanças sociais profundas, como a abolição da escravidão (1888) e a proclamação da República (1889). Esses eventos abriram caminho para o questionamento do papel feminino na sociedade e para a reivindicação por direitos, sobretudo o direito ao voto e à educação.

O século XX marca o início de uma fase mais organizada da luta das mulheres no Brasil. Em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, as mulheres conquistaram o direito ao voto, graças à luta de feministas como Bertha Lutz[1]. Registramos que, embora fosse um avanço importante, construindo importante marco para as mulheres, o direito ao voto inicialmente era restrito às mulheres alfabetizadas, o que excluía uma grande parcela da população, especialmente as mulheres negras e empobrecidas. Somente com o passar das décadas e a expansão das políticas de alfabetização e inclusão social, o sufrágio feminino passou a representar um direito mais universal.

Destacamos, ainda, que o direito ao sufrágio feminino representava um passo fundamental para a construção de uma sociedade democrática, para o que apresenta-se como imprescindível que as mulheres pudessem exercer seus direitos de cidadania.

Nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil viveu sob o regime militar, que se caracterizou por perseguições às organizações políticas em todas as suas expressões de luta contestatória, dentre elas às organizações feministas. No entanto, esse período também foi marcado pela resistência das mulheres que lutavam pela redemocratização e por direitos sociais, a exemplo do Movimento Feminino pela Anistia, liderado por mulheres como Therezinha Zerbini[2], que foi um exemplo dessa luta, reivindicando a volta dos exilados políticos e o fim da ditadura.

Os movimentos feministas brasileiros emergiram com força durante a década de 1970, no contexto da ditadura militar. As mulheres organizaram-se para lutar não apenas contra o regime autoritário, mas também contra as desigualdades de gênero profundamente enraizadas na sociedade. Um marco importante foi a criação do já citado, Movimento Feminino pela

[1] Bertha Lutz (1894- 1976), zoóloga, ativista feminista e uma defensora incansável dos direitos das mulheres no Brasil, inclusive do direito à Educação e à formação científica. Em 1919, prestou concurso público para o Museu Nacional, onde trabalhou por quarenta e seis anos e construiu uma reputação internacional como cientista. Fundou a associação feminista intitulada Liga Pela Emancipação Intelectual da Mulher e dedicou-se, intensamente, às ciências e ao movimento feminista. (SOUZA & ABDALA-MENDES. 2018, p. 02).

[2] É impossível desvincular a origem e construção do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) de sua liderança. A advogada, falecida em 2015, aos 87 anos, foi idealizadora do movimento, criado em 1975, em São Paulo, e participou ativamente dos momentos de sua implantação. Esteve presente na condução política do movimento, na fundação dos núcleos e influenciou na escolha de dirigentes, na organização de atos públicos e na redação de periódicos e documentos (DUARTE, 2019, p.03).

Anistia, em 1975, que reuniu mulheres de diferentes origens políticas e sociais em torno da defesa dos direitos humanos e da anistia para presos políticos.

Conforme aponta a socióloga Heleieth Saffioti, o movimento feminista brasileiro, especialmente a partir da década de 1970, foi essencial para desafiar a estrutura patriarcal e trazer à tona questões relacionadas à violência contra a mulher, direitos reprodutivos e igualdade no trabalho (SAFFIOTI, 2004, p.95). Esse período marcou o início de uma maior conscientização das mulheres sobre seu papel como agentes de mudança social e política.

Com a redemocratização do país após o fim da ditadura militar (1985), o movimento feminista ganhou novo fôlego. Por direitos civis e trabalhistas. Neste período surgiram discussões sobre a desigualdade salarial, mas também pelo direito ao aborto e o combate à violência contra a mulher.

Nas décadas seguintes, a participação das mulheres nos movimentos sociais se diversificou e se ampliou. A criação de organizações como a União de Mulheres de São Paulo (1981) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (1986) são exemplos de como as mulheres passaram a se mobilizar em diferentes contextos, defendendo não apenas direitos civis, mas também direitos econômicos, sociais e culturais.

A criação da União de Mulheres de São Paulo, em 1981, e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste 1986, ilustra a expansão e a diversificação da mobilização feminina em contextos diferentes do país. Enquanto a União de Mulheres de São Paulo emergiu em um ambiente urbano marcado por demandas por igualdade de direitos civis e participação política, fortalecendo uma rede de apoio e articulação para enfrentar desafios relacionados ao trabalho e à discriminação de gênero, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste representa a luta de mulheres em áreas rurais, que enfrentam desigualdades específicas ligadas à exclusão social e econômica, bem como à marginalização cultural.

Ambas as iniciativas evidenciam a capacidade das mulheres de se organizarem coletivamente, não apenas para reivindicar direitos, mas também para construir espaços de resistência e transformação que dialoguem com a realidade local e orientações para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Esses movimentos, portanto, exerceram um papel crucial na luta por políticas públicas que contemplassem as necessidades das mulheres. A inserção de pautas feministas em debates mais amplos, como os que envolvem reforma agrária, moradia e saúde pública, é um reflexo deste processo.

A Constituição de 1988 é considerada um marco na luta pelos direitos das mulheres no Brasil, pois garantiu a igualdade de direitos entre homens e mulheres e possibilitou uma série

de avanços em termos de proteção social, como a licença-maternidade, a proteção à maternidade e à infância, e a proibição da discriminação por motivo de sexo no mercado de trabalho.

No campo dos direitos civis, a Carta de 1988 também estabeleceu a igualdade de direitos no casamento, o que representou um avanço significativo em relação ao regime de bens e ao poder familiar, que até então era predominantemente exercido pelos homens.

Silva (2015), aponta que a partir dos anos 2000, a luta feminista no Brasil conquistou mais avanços legislativos importantes. A aprovação da Lei Maria da Penha em 2006 constitui um marco no combate à violência doméstica, criando mecanismos para coibir e prevenir a violência contra a mulher. A Agência Senado (2024) mostra que após a promulgação da lei, houve uma maior conscientização sobre a violência de gênero e um aumento no número de denúncias. De acordo com a pesquisa, menos de um quarto das brasileiras (24%) afirma conhecer muito sobre a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006). Esse índice é maior no Distrito Federal (33%), e menor no Piauí (17%), Maranhão (17%), Amazonas (17%), Paraíba (19%) e Pará (19%).

A pesquisa mostra, também, que cerca de metade das brasileiras acredita que a Lei Maria da Penha protege apenas, em parte, as mulheres contra a violência doméstica e familiar (51%), patamar semelhante ao das unidades federativas do país. Comparando-se os resultados das mulheres que acham que a legislação protege contra a violência doméstica, as que mais acreditam na eficácia da lei são as amazonenses (45%), piauienses (42%), paraenses (41%), maranhenses (39%), alagoanas (38%), tocantinenses (36%), gaúchas (36%) e acrianas (35%). Já as mulheres do Distrito Federal (22%), do Rio de Janeiro (23%) e de São Paulo (23%) estão entre as mais céticas em relação à lei (Agência Senado, 2024).

No entanto, a violência contra a mulher ainda é um grave problema no Brasil, com altos índices de feminicídio e violência doméstica. A implementação da lei ainda enfrenta desafios, como a falta de recursos para abrigos e atendimento especializado às vítimas.

Este levantamento nacional mostra que 68% das brasileiras têm uma amiga, familiar ou conhecida que já sofreu violência doméstica. Esse índice é ainda maior entre as tocantinenses (75%), acrianas (74%) e amazonenses (74%) Agência Senado (2024).

Outro avanço legislativo importante foi a criação da Lei do Feminicídio em 2015, que tipifica o assassinato de mulheres em razão de sua condição de gênero como um crime hediondo. A lei representou um avanço no reconhecimento da gravidade da violência contra a mulher, mas a realidade ainda é muito preocupante, pois de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) o Brasil é o quinto maior do mundo no que se refere a este crime, com 4,8

feminicídios para cada 100 mil mulheres em 2019 (OMS, 2019). A gravidade da situação pode ser observada na tabela abaixo.

Tabela 01: Países com taxas de feminicídio mais elevadas (OMS, 2019).

PAÍS	TAXA DE FEMINICÍDIO (POR 100 MIL MULHERES)	OBSERVAÇÃO
El Salvador	(valor não especificado, mas superior a 4,8)	Segundo o ranking, apresenta taxa maior que a do Brasil
Colômbia	(valor não especificado, mas superior a 4,8)	Segundo o ranking, apresenta taxa maior que a do Brasil
Guatemala	(valor não especificado, mas superior a 4,8)	Segundo o ranking, apresenta taxa maior que a do Brasil
Rússia	(valor não especificado, mas superior a 4,8)	Segundo o ranking, apresenta taxa maior que a do Brasil
Brasil	4,8	OMS, 2019- ocupa o 5° lugar em feminicídio no mundo.

Fonte: Cãmara dos deputados (2025) Elaboração do Próprio Autor.

A partir dos dados divulgados - segundo os quais o Brasil registrou 4,8 feminicídio por 100 mil mulheres em 2019 (OMS, 2019), podemos constatar que o país ocupa o quinto lugar no ranking mundial. Isso significa que, em números de casos, apenas quatro países apresentam taxas mais elevadas. Os dados oficiais para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia não foram detalhados, na pesquisa realizada, mas a posição do Brasil como quinto país indica que suas taxas são todas superiores a 4,8.

Tabela 02: Comparação entre Brasil e alguns países desenvolvidos (cálculos estimados)

PAÍS	TAXA DE FEMINICÍDIO (POR 100 MIL MULHERES)	CÁLCULO ESTIMADO (COM BASE NA COMPARAÇÃO DE TEXTO)
Reino Unido	0,1	Brasil mata 48 vezes mais mulheres

		que Reino Unido
Dinamarca	0,2	Brasil mata 24 vezes mais mulheres que Dinamarca
Japão	0,3	Brasil mata 16 vezes mais mulheres que Japão
Escócia	0,3	Brasil mata 16 vezes mais mulheres que a Escócia
Brasil	4,8	OMS, 2019

Fonte: UOL (2025) Elaboração do Próprio Autor.

Os números para os países desenvolvidos foram obtidos a partir dos fatores multiplicativos, se o Brasil tem 4,8 casos por 100 mil, então o Reino Unido, com taxa 48 vezes menor, teria aproximadamente 0,1.

Tabela 03: Feminicídios. Brasil e Unidades da Federação – 2022 – 2023.

Brasil e Unidades da Federação	**Feminicídios**				
	Ns. Absolutos		**Taxa**		**Variação (%)**
	2022	**2023**	**2022**	**2023**	
Brasil	**1.440**	**1.463**	**1,4**	**1,4**	**1,6**
Acre	9	10	2,2	2,4	11,1
Alagoas	31	19	1,9	1,2	-38,7
Amapá	8	4	2,2	1,1	-50,0
Amazonas	21	23	1,1	1,2	9,5
Bahia	107	108	1,5	1,5	0,9
Ceará	28	42	0,6	0,9	50,0
Distrito Federal	19	34	1,3	2,3	78,9
Espírito Santo	33	35	1,7	1,8	6,1
Goiás	56	56	1,6	1,6	0,0
Maranhão	69	47	2,0	1,4	-31,9
Mato Grosso	47	46	2,6	2,5	-2,1
Mato Grosso do Sul	40	30	2,9	2,1	-25,0

Minas Gerais	171	183	1,6	1,7	7,0
Pará	54	57	1,3	1,4	5,6
Paraíba	26	34	1,3	1,7	30,8
Paraná	77	81	1,5	1,4	5,2
Pernambuco	72	81	1,5	1,7	12,5
Piauí	24	28	1,4	1,7	16,7
Rio de Janeiro	111	99	1,3	1,2	-10,8
Rio Grande do Norte	16	24	0,9	1,4	50,0
Rio Grande do Sul	110	87	2,0	1,5	-20,9
Rondônia	24	19	3,0	2,4	-20,8
Roraima	3	6	0,9	1,9	100,0
Santa Catarina	56	55	1,5	1,4	-1,8
São Paulo	195	221	0,8	1,0	13,3
Sergipe	19	16	1,6	1,4	-15.8
Tocantins	14	18	1,9	2,4	28,6

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023)

O Brasil enfrentou um aumento no número de mulheres vítimas de feminicídio no ano de 2023. Conforme destaca a tabela acima, 1.463 mulheres foram mortas no ano, um crescimento de 1,6 % em comparação com o ano de 2022. Com relação aos dados estaduais, Mato Grosso registrou, no período, a maior taxa de feminicídios no país, com 2,5 mortes para cada 100 mil mulheres e o estado com menor índice foi o Ceará com 0,9 por 100 mil mulheres.

Apesar dos avanços conquistados ao longo das últimas décadas, a violência contra a mulher continua sendo um dos maiores desafios no Brasil. Dados recentes mostram que o país ainda enfrenta altos índices de feminicídio e violência doméstica. A violência de gênero é um problema estrutural, enraizado em uma cultura machista que, muitas vezes, legitima o controle e a agressão contra as mulheres.

A Lei Maria da Penha foi um passo significativo na luta contra a violência doméstica, mas ainda existem desafios na sua implementação. Muitas mulheres ainda enfrentam dificuldades para denunciar seus agressores, seja por medo de retaliação ou pela falta de apoio institucional adequado.

Outra frente de luta das mulheres no Brasil está relacionada ao mercado de trabalho. A desigualdade salarial entre homens e mulheres ainda é uma realidade, mesmo para aquelas que

têm o mesmo nível de escolaridade e ocupam cargos semelhantes. Além disso, as mulheres continuam sendo minoria em cargos de liderança e em setores historicamente dominados por homens, como a política, a tecnologia e as ciências exatas.

Se o contexto apresenta-se adverso para as mulheres em geral, as mulheres negras enfrentam uma situação ainda mais difícil, sendo duplamente discriminadas por questões de raça e gênero. Elas ocupam, em sua maioria, os trabalhos mais precarizados e mal remunerados, como o serviço doméstico, setor que historicamente foi associado à escravidão no Brasil.

O Instituto DataSenado apresentou a Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher Negra que revela que a condição econômica constitui fator de risco para a violência doméstica contra as mulheres, em especial para as mulheres negras no Brasil. A pesquisa, que foi realizada entre os dias 21 de agosto de 2023, 13.977 brasileiras negras de 16 anos ou mais foram entrevistadas por telefone, em amostra representativa da opinião da população feminina negra brasileira.

O levantamento apontou que dois terços das vítimas, ou seja, 66%, tem baixa ou nenhuma renda e que a esmagadora maioria delas, 85%, convivem com seus agressores. A pesquisa visou aprofundar a análise do problema social da violência doméstica para compreender as desigualdades estruturais, as condições e contextos culturais diferenciados que afetam as experiências das mulheres e diferentes grupos raciais.

A pesquisa confirma que 66% das mulheres negras que sofreram violência doméstica não possuem renda suficiente para se manter e apenas 27% solicitaram medidas protetivas. Esses dados, embora esperados dentro de um contexto histórico de desigualdade racial e de gênero, fornecem um parâmetro mais detalhado, evidenciando, por exemplo, como o nível de escolaridade não garante maior acesso às medidas de proteção. Sobre a violência, a pesquisa evidencia o cenário de como a mulher negra observa a violência, a entende e como vive a violência doméstica e de gênero hoje.

Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), base alimentada por registros de doenças de notificação compulsória ao Sistema Único de Saúde (SUS), apontam que, em 2022, mais da metade, 55% das brasileiras vítimas da violência eram negras. Já entre as vítimas de violência sexual, as pretas e pardas foram 62% e as assassinadas, 67%. A pesquisa mostrou também que, apesar de bastante noticiada, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006), que estabelece mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, ainda é pouco conhecida para 70% das mulheres negras. E somente 30% consideram que ela protege as brasileiras, enquanto 49% disseram que a norma protege apenas em parte.

Das 45 milhões de mulheres negras brasileiras, 38% vivem no Sudeste e 36% no Nordeste. São Paulo é o estado que tem a maior população feminina negra (18%), seguindo do estado da Bahia (10%) e de Minas Gerais (10%), mas quando analisada a proporção de negras/mulheres por estado, a Bahia tem a maior concentração: 80%. A maior parte é formada por jovens e adultos entre 16 a 24 anos (18%), enquanto 12% já passaram dos 65 anos.

Ainda de acordo com a pesquisa, no que se refere à escolaridade, 34% possuem o ensino médio completo e 25%, o ensino fundamental incompleto e apenas 14% conquistaram diploma de ensino superior. O percentual de não alfabetizadas mostra-se relevante: 6%, o que representa cerca de 2,8 milhões de mulheres negras que não sabem ler ou escrever no Brasil.

Neste grupo de vítimas, 39% não possuem renda suficiente para se manter e 27%, ou seja, mais de um quarto, não tem qualquer fonte de renda, já entre as que dizem ter renda suficiente, o percentual das que sofrem violência é de 33%.

Apenas 30% das mulheres negras vítimas de violência buscam alguma assistência de saúde após sofrerem algum abuso grave. Entre as não alfabetizadas, o percentual é um pouco maior: 37%. Os números caem com a melhor escolarização, sendo o pior índice (27%) entre quem possui ensino fundamental completo na mesma linha parte da denúncia. Só 34% das mulheres negras com ensino superior, completo ou não, denunciaram em delegacias os atos de violência sofridos, já entre as analfabetas, o índice chega a 49%.

Apesar das conquistas legislativas e sociais, as mulheres brasileiras ainda enfrentam muitos desafios no mercado de trabalho e no campo dos direitos reprodutivos. A desigualdade salarial entre homens e mulheres persiste, mesmo quando ambas as partes têm o mesmo nível de escolaridade e ocupam posições semelhantes. Além disso, as mulheres continuam sendo minoria em cargos de liderança e em setores tradicionalmente dominados por homens, como as ciências exatas e a tecnologia.

As mulheres negras, em especial, enfrentam uma dupla discriminação, sendo muitas vezes relegadas aos trabalhos mais precarizados e mal remunerados. De acordo com dados do IBGE (2020), as mulheres negras são o grupo que mais sofre com o desemprego e a informalidade no Brasil.

No que se refere aos direitos reprodutivos, o aborto no Brasil é permitido apenas em casos específicos, como estupro, risco de vida para a gestante ou anencefalia, garantindo no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, artigo 128. Articulada aos limites apresentados pela lei, a criminalização do aborto empurra muitas mulheres, sobretudo as mais pobres, para procedimentos clandestinos, que colocam suas vidas em risco. Organizações feministas e de direitos humanos continuam a lutar pela descriminalização do aborto e pela garantia de um

acesso amplo à educação sexual e métodos contraceptivos e uma educação sexual ampla e inclusiva.

A educação sexual inclusiva, nesse contexto, é uma abordagem que abrange informações e discussões sobre sexualidade de maneira ampla e respeitosa, considerando as diversas realidades e experiências dos indivíduos. Isso significa ir além dos modelos tradicionais que tratam a sexualidade de forma padronizada, incorporando temas que dialogam com as especificidades de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, etnia, classe social e outros marcadores de diversidade. Tal educação não se restringe apenas ao ensino de métodos contraceptivos e prevenção de doenças, mas também aborda questões de consentimento, respeito às diferenças e direitos reprodutivos, promovendo o empoderamento dos indivíduos para que possam tomar decisões informadas sobre suas vidas. Dessa forma, a educação sexual inclusiva contribui para a construção de um ambiente que respeite e valorize a pluralidade, combatendo preconceitos e fortalecendo a luta pelo acesso igualitário aos cuidados de saúde.

Um aspecto essencial da luta das mulheres no Brasil é o reconhecimento da interseccionalidade, conceito que reconhece que as opressões de gênero, raça, classe e orientação sexual estão interligadas e precisam ser combatidas em conjunto. O movimento feminista no Brasil, ao longo das últimas décadas, passou a incorporar mais fortemente as demandas específicas de mulheres negras, indígenas, trabalhadoras rurais e LGBTQIA+.

As mulheres negras, por exemplo, têm uma história de luta que remonta aos tempos da escravidão e continua até os dias de hoje. Elas enfrentam tanto o racismo quanto o machismo, sendo uma das populações mais marginalizadas e vulneráveis no país. O feminismo negro, liderado por figuras como Lélia Gonzalez[3], vem trazendo à tona a necessidade de um feminismo que leve em conta as especificidades das mulheres negras, denunciando as formas de racismo estrutural[4] e violência que enfrentam.

---

[3] Lélia Gonzalez (Belo Horizonte, 1 de fevereiro de 1935- Rio de Janeiro, 10 de julho de 1994) foi uma intelectual, autora, ativista, professora, filósofa e antropóloga brasileira. É uma referência nos estudos e debates de gênero, raça e classe no Brasil, América Latina e pelo mundo, sendo considerada uma das principais autoras do feminismo negro no país. Ademais, foi pioneira em pesquisas sobre Cultura Negra no Brasil e co-fundadora do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro (IPCN-RJ) e do Movimento Negro Unificado (MNU).
Lélia teve uma importante presença tanto na academia quanto no mundo político, tendo circulado por diversos espaços. Seus trabalhos abordaram perspectivas interseccionais quando o conceito em si ainda não tinha sido criado, atuando contra o sexíssimo e o racismo na sociedade e cunhando conceitos como o de "*amefricanidade*" e "*pretuguês*".

[4] O racismo estrutural é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural." Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que "ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição". Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2018, p. 38-39).

A luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu é uma das mais emblemáticas no Brasil. Ao longo das décadas, as quebradeiras têm enfrentado inúmeros desafios, incluindo o avanço do agronegócio, a concentração fundiária e a exploração predatória dos recursos naturais. Neste texto, abordaremos a importância do coco babaçu para as mulheres e para seus territórios, o papel das quebradeiras como lideranças femininas e as principais conquistas e dificuldades enfrentadas ao longo dessa luta.

No contexto rural, a luta das mulheres adquire especificidades e complexidades próprias rural, a luta das mulheres rurais enfrentam dupla opressão: de gênero e classe. Contudo, através de suas organizações, têm promovido mudanças substantivas. A formação de coletivos e associações, como é o caso da AMTR, tem sido fundamental para a defesa dos direitos dessas mulheres, possibilitando o acesso a recursos e o fortalecimento de sua voz política. As quebradeiras de coco babaçu, por exemplo, emergem como um dos grupos mais contemporâneos de resistência e ação coletiva, a serem abordados no item a seguir.

1.1.2 As quebradeiras de coco e a luta pela terra no Médio Mearim

As quebradeiras de coco babaçu representam uma importante manifestação no cenário das lutas sociais no Brasil, especialmente na região Nordeste. Este grupo é composto majoritariamente por mulheres que, ao longo dos anos, têm lutado incansavelmente pelos seus direitos de acesso e uso sustentável dos recursos naturais. A atividade de quebra de coco não é apenas uma prática econômica, mas um modo de vida que preserva a cultura e sustenta as suas famílias.

O Médio Mearim, mesorregião localizada no estado do Maranhão, é uma região marcada por intensos conflitos agrários, especialmente nas últimas décadas do século XX. Essa área, caracterizada por disputas violentas pela posse da terra, viu emergir uma resistência significativa das mulheres, que desempenharam e desempenham um papel crucial na luta por direitos e na defesa de suas comunidades. A participação das mulheres nos conflitos do Médio Mearim não foi apenas uma resposta às adversidades, mas também um movimento de transformação social e de fortalecimento da organização comunitária.

Em termos geográficos e econômicos,

> O Médio Mearim engloba atualmente 21 municípios maranhenses entre os quais destacam-se: Bacabal, Esperantinópolis, Lago da Pedra, Lima Campos, Olho d'Água das Cunhãs, Pedreiras, Pio XII, Poção de Pedras, São Luís Gonzaga do Maranhão, além de Lago do Junco. Nos fortes períodos de migração (nas décadas de 1930, 1940 e 1950), a região disponibilizava de grande potencial hídrico, de terras disponíveis para o plantio e de trabalho na lavoura, no comércio, nas tropas de burro e nas usinas

> de beneficiamento de arroz e algodão. Terras com dono e sem dono atraiam levas de migrantes nordestinos (FERREIRA, 2013, p. 84).

Esta região, assim como outras do Maranhão, vivenciou um acirramento das disputas pela terra a partir dos anos 1970, com a expansão do agronegócio e a chegada de grandes latifundiários. Esses conflitos se intensificaram durante as décadas de 1980 e 1990, resultando em inúmeros casos de violência contra famílias trabalhadoras rurais, com expulsões forçadas e assassinatos de lideranças camponesas. As mulheres, tradicionalmente relegadas a papéis secundários, passaram a se organizar em resposta à violência e à exclusão socioeconômica que afetava suas famílias e comunidades, como pode ser constatado no depoimento abaixo.

> Foi um tempo sofrido, olha em São Manoel eles [os fazendeiros] trouxeram foi a polícia e derrubaram as casas de São Manoel todinho, Centro do Aguiar um bocado, no Centro do Aguiar a polícia fazia até o povo comer bosta, agora nós bem dizer, nós pode dizer que não sofremos, porque a polícia nunca massacrou nós (...) nesse dia que tava derrubando as casas até o bispo foi para São Manoel, veio um monte de gente. O Frei Adolfo ajudava muito nesse tempo, o Frei Adolfo e o Frei Heriberto, eu me lembro que por aqui, no tempo da nossa luta, o Frei Heriberto vinha pelo Centrinho e do Centrinho nós tinha que pegar ele ai no meio dos caminhos, fazia um mutirão de mulher e menino, porque a fazenda é bem ali, nós tinha que buscar ele, passava lá na casa [da fazenda] cheia de pistoleiro, mas a gente ainda ficava com medo deles fazerem as coisas [ataques armados] (ALAÍCE GOMES, 55 anos, quebradeira de coco babaçu). (LINHARES, 2016, p. 133)

Nesse cenário, a resistência das mulheres foi impulsionada pela necessidade de garantir a subsistência e a segurança de suas famílias. Porém, estas mulheres não fizeram enfrentamento apenas ao latifúndio, pois conforme Barbosa (2006, p.67), "As mulheres do Médio Mearim enfrentaram não apenas a violência dos latifundiários, mas também o desafio de se fazerem ouvir dentro dos próprios movimentos sociais, muitas vezes dominados por lideranças masculinas". A luta dessas mulheres assumiu contornos, portanto, de duplo enfrentamento: contra a opressão externa e contra as limitações impostas por uma cultura patriarcal característica da formação nacional.

A resistência das mulheres no Médio Mearim manifestou-se de várias formas, desde a participação em protestos e ocupações de terra até a liderança em associações comunitárias e movimentos sociais. Organizações como a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues foram fundamentais nesse processo, proporcionando um espaço para que as mulheres pudessem se organizar, articular suas demandas e lutar por seus direitos.

As mulheres não apenas participaram dos movimentos, mas também redefiniram suas estratégias, incorporando uma perspectiva de gênero às lutas agrárias. Elas passaram a abordar questões específicas como o combate à violência doméstica, o acesso a políticas públicas de

saúde e educação, e a promoção da agroecologia como alternativa sustentável à agricultura convencional. Lima (2018, p.97) aponta que “a presença feminina nos movimentos sociais do Médio Mearim trouxe uma nova dimensão às lutas pela terra, desafiando as formas tradicionais de organização e introduzindo novas pautas no debate público”.

Além disso, as mulheres desempenharam um papel essencial na manutenção do tecido social durante os períodos de maior conflito, organizando redes de solidariedade e apoio mútuo que garantiram a sobrevivência de muitas famílias. Essas redes de apoio incluíam desde a troca de alimentos até a defesa coletiva contra as ameaças de despejo. Esse aspecto da resistência é destacado por Silva (2018, p.62), que afirma que “as mulheres do Médio Mearim mostraram uma capacidade extraordinária de organização e resistência, criando estratégias de sobrevivência e enfrentamento que iam além da mera resistência física, abrangendo também o campo simbólico e emocional”.

> Nós tivemos que reagir porquê de duas, uma: ou nós morríamos de fome ou morria na bala! Eu dizia para as meninas: `eu prefiro morrer na bala do que morrer de fome!`, só que com o passar do tempo a gente começou a dizer: `Mulé, não vamos mais só pra soltas não, bora se reunir e ir junto? bora?`, aí a gente ia de cinco, às vezes de dez, a gente saía pra ir junto e lá nós enfrentava o capataz, sabe? O cabra vinha e nós: `hó! Você nem toca no nosso coco, porque você vai apanhar aqui, nós vamos lhe bater pra você saber quanto é que custa bater nos outros!`, o cabra começou a ficar com medo, mas aí ele começou a denunciar ao patrão, aí eles inventaram outras estratégias, derrubar as palmeiras, começaram primeiro cortando o cacho, e a gente foi lá e disse: ‘não pode, é proibido! Não pode cortar o cacho’, assim.. uma luta constante pra parar esse corte de cacho (...) depois uma das coisas que eles acharam importante era fazer a montureira lá e mandar a gente quebrar de meia, lá eu não tinha direito, se eu quebrasse dez quilos de coco, cinco era dele e cinco pra mim, direito na casca a gente não tinha e isso era muito ruim, porque a gente ia morrer de trabalhar! Porque se eu pegasse meus dez quilos de coco, fosse pra mim vender e comprar alguma coisa, dava, mas ficar cinco pra ele e cinco pra mim, eu ia me matar! Tinha mulher gente que era doente de tanto quebrar coco, de se esforçar pra ter alguma coisa. Aí a gente começou a fazer um trabalho de formiguinha, se articulando ‘vamos parar com essa quebra de coco assim de meia’, aí pelos anos 79 e 80, mais ou menos, foi feito um trabalho assim: Centrinho do Acrísio, São Manoel e gente daqui do Ludovico, tinha um pessoal do Lago Queimado que juntou todo o babaçu, o fazendeiro mandou, eles juntavam de tropa de animal pra ninguém pegar, só pra eles [os fazendeiros], botaram tudo dentro de uma casa e não deixava ninguém tocar, aí esse mutirão de gente foram pra lá quebrar, aí o capataz ficou com medo de encostar, porque era muita gente, quebraram os cocos e tocaram fogo na casa lá, de revolt’ (DIOCINA L. DOS REIS, 62 anos, quebradeira de coco babaçu e membro da diretoria da AMTR). (LINHARES, 2016, p. 186- 187).

As quebradeiras de coco desempenham um papel fundamental na economia local, garantindo a subsistência de suas famílias e gerando renda através da venda de derivados do babaçu, como o óleo e o sabão. A autonomia econômica dessas mulheres está diretamente ligada à preservação das áreas onde o babaçu cresce, que são muitas vezes ameaçadas por latifundiários e projetos de agronegócio.

Essa relação entre as quebradeiras e o babaçu também é um traço cultural forte, pois a prática de quebrar o coco passa de geração em geração, sendo uma habilidade que reflete não apenas o sustento material, mas também a identidade e a resistência dessas comunidades (SANTOS, 2012).

Na fotografia a seguir, observa-se claramente a manifestação desse traço cultural. A imagem capta uma criança envolvida na ação de quebrar o babaçu, gesto que vai muito além de uma simples atividade laboral: ela é o retrato de uma tradição que se transmite de geração em geração. Cada movimento e expressão presente na foto reflete não apenas a habilidade técnica adquirida ao longo dos anos, mas também a resistência, a identidade e o orgulho dessas comunidades. Ao evidenciar essa prática ancestral, a imagem nos remete à importância do saber tradicional para a manutenção do sustento material e cultural, exatamente como discutido por Santos (2012).

Foto: Galhardo Silva (2023).

A dimensão cultural das quebradeiras de coco pode ser observada nas canções. Por exemplo, na região deste estudo, uma das músicas das quebradeiras de coco sinaliza a rotina e o dilema cotidiano poucas vezes lembrado e reconhecido pela sociedade. Também chama a atenção para as contribuições de submissão em relação aos fazendeiros que se faziam donos da terra e também do coco babaçu. Como a maioria dessas mulheres quebra coco desde criança, essa música projeta muito do que foi passado delas.

A música, que se intitula Meu grito, de domínio do Grupo as Encantadeiras aparece como um misto de denúncia e lamento diz

> Ninguém escuta meu grito
> Desconhecem o meu sufoco.
> Escondida lá no mato,

Com fome quebrando coco. (Refrão)

Dentro do babaçual,
Vou perdendo a minha infância.
O machado é meu brinquedo,
Cortando minha esperança.
Derrubando os meu sonhos,
de um dia diferente.
Que não seja pular cerca,
e presta conta com patrão,
a um jagunço ou capataz,
Que ainda achando pouco
Se diz o dono do coco,
Toma a minha produção.

Tenho direito à escola,
Saúde, alimentação.
De brincar e ser feliz,
Tudo isso, a lei quem diz

Mas continuo escondida.
Sem nenhuma proteção,
Neste trabalho pesado,
Sem um pedaço de chão.

A música assinala a recorrência do trabalho das crianças na quebra do coco babaçu e a violência imposta pelo trabalho forçado ao proprietário quando feito sem direito à produção e a nenhum pedaço de chão. Entoar esse canto demonstra ainda que estas mulheres são conhecedoras de que ter cidadania implica em ter direitos não somente prescritos na lei, mas efetivados na materialidade da vida social.

Os desafios enfrentados pelas quebradeiras de coco babaçu tem centralidade a questão agrária expressa na garantia de acesso às terras onde o babaçu cresce, pois grande parte dessas terras está em áreas privadas, e, com o avanço do agronegócio, as cercas têm limitado cada vez mais seu acesso às palmeiras. A pressão por terras para a monocultura de soja e a pecuária intensiva tem resultado em conflitos agrários e na destruição de babaçuais na região, em intenso processo de expropriação das condições de vida e de trabalho das famílias.

Como destaca Silva (2015), o movimento das quebradeiras de coco é um dos mais organizados e antigos no Brasil. Desde a década de 1980, essas mulheres se mobilizam contra as restrições impostas pelos fazendeiros e pelas empresas do agronegócio. Um marco importante na luta foi a criação da Lei do Babaçu Livre, aprovada em alguns estados, como Maranhão e Tocantins, que garante o livre acesso às áreas de ocorrência do babaçu, mesmo em terras privadas.

Apesar dessas vitórias, a implementação da lei não tem sido efetivada, com casos explícitos de seu descumprimento por parte dos proprietários de terra. Em muitas regiões, as mulheres ainda precisam enfrentar ameaças, violência e pressões para continuar exercendo suas atividades (SILVA, 2018).

A luta das quebradeiras de coco babaçu também é marcada pela organização coletiva e pela forte presença feminina na liderança dos movimentos sociais. O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), criado em 1991, é um exemplo de organização voltada para a defesa dos direitos das quebradeiras e a preservação ambiental dos babaçuais, sob coordenação e liderança femininas.

O Movimento Interestadual Quebradeiras de coco Babaçu (MIQCB) é um grupo agroextrativista formado por mulheres, tendo por finalidade: a proteção do ambiente, acesso às terras, não só onde existem a palmeira de babaçu, mas também por meio de reforma agrária, apoio a outros grupos associativista e o empoderamento das suas participantes (SUGUIMOTO, 2017, p.16).

A importância do MIQCB vai para além das questões ambientais e econômicas, abrangendo também a luta pela igualdade de gênero e pela valorização do trabalho feminino no campo. Santos (2012) ressalta que, ao se organizarem, as quebradeiras passaram a ocupar um espaço de protagonismo na política rural, articulando-se com outros movimentos de mulheres e outros movimentos sociais, assim como Organizações Não Governamentais (ONGs) para a defesa de seus direitos. A participação das quebradeiras em fóruns nacionais e internacionais também proporcionou grande visibilidade à sua causa.

A referida associação feminina está presente nos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins onde a incidência das palmeiras de babaçu é maior. Oficialmente o grupo surgiu em 1990 representando os povoados dos quatro estados e se dividindo em seis regionais, sendo as áreas principais de atuação do movimento, cada regional elegeu sua liderança formando uma coordenação de 12 quebradeiras (SUGUIMOTO, 2017, p.16).

Além disso, o MIQCB tem promovido capacitações e formações para as mulheres, visando à autonomia política e ao desenvolvimento de alternativas para geração de renda, como a produção cooperada de derivados do babaçu e a participação em cadeias produtivas mais justas (SILVA, 2018).

Ao longo dos anos, as quebradeiras de coco babaçu alcançaram importantes conquistas, especialmente no reconhecimento de seus direitos territoriais e ambientais, como a aprovação da Lei do Babaçu Livre e da criação de reservas extrativistas em áreas de babaçuais são exemplos de políticas públicas que visam proteger tanto o meio ambiente quanto o modo de

vida tradicional das quebradeiras. No entanto, apresentam muitas debilidades e a luta está longe de ser finalizada. Além disso,

> Outro grande desafio é o reconhecimento do trabalho das quebradeiras como fundamental na cadeia produtiva de diversos produtos. Embora o trabalho dessas mulheres seja essencial para a produção de óleos, cosméticos e outros produtos derivados do babaçu, muitas vezes elas não são reconhecidas nem remuneradas de forma justa. (SILVA, 2018, p.106).

O avanço do agronegócio e o enfraquecimento de políticas ambientais no Brasil nos últimos anos colocam em risco os babaçuais e as comunidades que deles dependem. A especulação imobiliária, a expansão das fronteiras agrícolas e a falta de fiscalização são fatores que continuam a gerar conflitos e insegurança para as quebradeiras (ALMEIDA ET. AL. 2019).

O protagonismo exercido pelas mulheres na defesa pelo livre acesso ao coco babaçu frente aos fazendeiros da região fortaleceu a organização social e, em 1989, com o apoio da Igreja e de técnicos de organizações não governamentais houve a criação da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR) que surge como uma forma de resistência contra a privatização dos recursos naturais, tendo como missão "contribuir para a proteção do meio ambiente fortalecendo a busca pela garantia dos direitos das mulheres através da geração de renda, acesso a políticas públicas e valorização da identidade" (AMTR, 2015). Para tanto, a Associação passou a desenvolver ações de valorização do extrativismo do babaçu, dando destaque à bandeira do Babaçu Livre e o reconhecimento do papel produtivo da mulher, fomentando assim a produção artesanal, notadamente a produção e comercialização do sabonete e do sabão a base de óleo do babaçu (LINHARES, 2016, p. 134).

Um aspecto bastante importante para a continuidade da luta das quebradeiras é sua capacidade de continuar mobilizando apoio de outras organizações e movimentos sociais do campo e da cidade, de mulheres da classe trabalhadora, tanto nacional quanto internacional, e de fortalecer a implementação de políticas que garantam o acesso aos babaçuais e a valorização do trabalho dessas mulheres. O reconhecimento do seu papel na preservação ambiental e na economia local é crucial para que possam continuar existindo e resistindo.

Na perspectiva dessa articulação, as quebradeiras enfrentam os desafios impostos por grandes corporações do agronegócio e das políticas públicas inadequadas que frequentemente tentam transformar seus territórios em monocultivos. Entretanto, através da criação de redes de solidariedade e resistência, essas mulheres têm conseguido garantir a continuidade de suas práticas tradicionais e o reconhecimento de seus direitos territoriais.

Particularmente a partir de 1989, com a fundação da AMTR, as mulheres de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues ganham uma plataforma significativa, permitindo que suas

demandas sejam articuladas em espaços de decisão política no sentido de um arcabouço organizacional que potencializa o impacto de suas ações locais, além de promover o intercâmbio com outros grupos de todo o Brasil. Importante destacar que todo o processo de luta e resistência das mulheres quebradeiras de coco se insere na dinâmica em que se enredou a formação social brasileira, mediada, dentre outros elementos, pela questão agrária, sobre o que trata o capítulo a seguir.

2 QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA NO MARANHÃO: ALGUMAS INDICAÇÕES

A questão agrária no Brasil é tema de extrema complexidade e relevância histórica. Envolve questões de distribuição de terra, acesso a recursos naturais, conflitos agrários e a luta por reforma agrária como um todo. A questão agrária no Brasil se caracteriza pela histórica concentração de terras, que tem como marco as capitanias hereditárias instituídas pela Coroa portuguesa e pela precariedade e fragilidade das políticas de reforma agrária, refletindo em diversos problemas sociais e econômicos, como síntese da manifestação da questão social no campo e cidade Por exemplo, dados da Comissão Pastoral da Terra indicam um aumento de 8% nos conflitos agrários no primeiro semestre de 2023, em comparação com o mesmo período de 2022, sendo o segundo maior índice em dez anos (CPT, 2023, p 07). Esses conflitos, majoritariamente relacionados à posse, uso e propriedade da terra, envolvem não apenas trabalhadores sem-terra e posseiros, mas também comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, que são fortemente impactadas pela expansão do agronegócio sobre seus territórios tradicionais. Tal expansão, intensificada pelo uso crescente de agrotóxicos (231 novos pesticidas registrados até julho de 2023), revela o desequilíbrio entre a política de incentivo ao agronegócio e a pouca atenção dada às populações camponesas e à agricultura familiar camponesa.

A situação das mulheres no campo apresenta desafios específicos, pois apesar de avanços, elas representam uma minoria na liderança de estabelecimentos rurais, com apenas 19% e enfrentam dificuldades no acesso a políticas públicas, em especial ao crédito. As mulheres têm participação significativa na agricultura familiar e desempenham um papel crucial na segurança alimentar, mas frequentemente enfrentam barreiras culturais e institucionais que limitam seu acesso a recursos e sua autonomia econômica.

Programas como o Pronaf Mulher e o Fomento Mulher buscam mitigar essas desigualdades, oferecendo apoio financeiro e capacitação específica, contudo, há um longo caminho para garantir que as mulheres rurais, indígenas e afrodescendentes sejam plenamente reconhecidas e integradas às políticas agrárias, enfrentando não só as disparidades de gênero, mas também o peso da sobrecarga doméstica e o isolamento social, especialmente nas áreas mais remotas.

Silva (2015) destaca que à medida em que as quebradeiras de coco se organizam, ali vai sendo estimulada à consciência de si mesma e os limites de consciência de suas fronteiras e seu território, levando em consideração que tais elementos não são isolados, pelo contrário, se

interligam em constante movimento que transcende lugares, sujeitos, ações e proporciona múltiplas relações sociais em busca de direitos e reivindicações, sem escalas temporais.

Neste contexto, o papel das mulheres, tradicionalmente invisibilizadas nos discursos e nas políticas públicas, começa a ganhar visibilidade, especialmente através de movimentos organizativos em áreas rurais, por isto, este capítulo trata de elementos centrais relacionados à questão agrária no Brasil, com um foco especial sobre a situação no estado do Maranhão e, mais especificamente, a luta pela terra na região do Médio Mearim.

2.1 A concentração fundiária como centralidade

O estado do Maranhão abrange uma área de 333.365,6 km², o que equivale a 33.336,560 hectares, dos quais 12.238. 487 hectares (36,72%) são de uso das atividades da agropecuária. Dadas as dimensões, é o oitavo estado brasileiro e segundo estado nordestino com maior extensão territorial, que apresenta um pequeno número de estabelecimentos agropecuários com grandes extensões de terra, o que caracteriza o processo de concentração fundiária, em termos populares, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010) é um dos estados que concentram maior população rural, cerca de 48,08% do total.

A questão agrária no Maranhão é um tema central para compreendermos as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais que afetam as populações camponesas do estado. Por exemplo, socialmente, observa-se as famílias camponesas que frequentemente enfrentam dificuldades para acessar terras e recursos básicos. Economicamente, a concentração fundiária favorece o agronegócio em detrimento da agricultura familiar, enquanto ambientalmente, o desmatamento causado pela expansão agropecuária ameaça ecossistemas e a sustentabilidade local. A histórica concentração fundiária aliada à grilagem de terras e aos conflitos fundiários, tem provocado uma série de impactos na vida das comunidades, mantendo desigualdades e comprometendo o desenvolvimento sustentável proposto por muitas organizações e movimentos sociais do campo como a AMTR.

O direito à terra é uma garantia legal vigente desde o marco da Constituição Federal de 1988, ainda que anteriormente a esse período alguns fundamentos como a Lei de Terras, de 1850, tenha promovido tal direito, foi a partir da Constituição Cidadã que a questão fundiária e da moradia foram enfatizadas. No entanto, mesmo em face das garantias constitucionais, os conflitos fundiários no Brasil, sobretudo, não cessaram. (CABRAL, ET. AL. 2023, p. 02).

A questão agrária no Maranhão é um reflexo da estrutura fundiária concentrada no Brasil, com raízes no período colonial e acentuada pela expansão agropecuária no século XX. No estado, especificamente, a concentração de terras nas mãos de grandes proprietários

contrasta com a presença de comunidades tradicionais e pequenos agricultores, o que gera tensão e conflitos.

O Maranhão é sustentado por um histórico de desigualdade na distribuição de terras, conflitos fundiários e resistências populares. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Maranhão possui uma das mais altas concentrações fundiárias do Brasil, com o índice de Gini para a distribuição de terras acima de 0,8 (INCRA, 2021), refletindo uma estrutura agrária desigual sistêmica que segregar socialmente milhares de trabalhadores rurais.

Esta concentração fundiária resulta em que 59,1% do total de estabelecimentos de até 5 hectares dispõe de apenas 1,48 tem sido% do total de terras atribuídas à atividade agropecuária, enquanto os estabelecimentos agropecuários com área de 10 hectares concentram 40,86% de todos os estabelecimentos e 84,51% das terras (COSTA, ET AL. 2020).

O processo de ocupação territorial no estado tem sido configurado por grandes latifúndios voltados para a produção de monocultivos para exportação, como a produção de arroz e soja. Esse modelo econômico contribuiu para a desestruturação de comunidades tradicionais, como os povos indígenas e quilombolas, além de fortalecer a dinâmica de violência fundiária. Neste sentido, dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) revelam que, entre 2010 e 2020, o Maranhão foi um dos estados com maior índice de conflitos no campo, registrando mais de 700 ocorrências (CPT, 2021, p.34).

Segundo Germani (2010), a concentração de terras é o ponto de partida das disputas territoriais e conflitos, advindos em sua maioria, do avanço do capital como principal agente do processo de expansão territorial e das inúmeras dificuldades passadas por grupos sociais que buscam espaços de permanência para reverter este quadro.

A região da pré-Amazônia maranhense também tem sido destacada pela incidência de conflitos devido à cadeia produtiva de monocultivos como de soja e eucalipto e da pecuária extensiva, com ênfase nos entornos das reservas indígenas do estado, territórios onde ocorrem confrontos ainda mais violentos, dado o direito às demarcações de territórios indígenas salvaguardados constitucionalmente, o que vem sendo confrontado através de crimes de invasão por parte de madeireiros e ações que comprometem os modos de vida de comunidades indígenas.

Ainda sobre a concentração de terras, de acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 60% das propriedades rurais no estado são latifúndios, enquanto pequenos agricultores ocupam apenas 20% das terras cultiváveis (INCRA, 2022). Para fins de comparação, a média nacional apresenta uma concentração menor, com cerca de

45% das propriedades rurais classificadas como latifúndios. Estados como Paraná e Santa Catarina, por exemplo, possuem uma distribuição fundiária mais equilibrada, com maior predominância de pequenas propriedades, refletindo modelos de agricultura familiar mais consolidados. Esta desigualdade restringe o acesso à terra para milhares de famílias, limitando suas oportunidades de produção agrícola e subsistência.

Conhecido por suas terras férteis e florestas de babaçuais, o Maranhão enfrenta desafios únicos relativos à posse e uso da terra. A esse respeito, destaca-se a luta incessante travada por famílias camponesas, especialmente pelas mulheres, que lutam para manter suas práticas tradicionais de forma sustentável e justa.

As políticas de desenvolvimento dos governos estaduais, frequentemente orientadas pelo incremento da agroindústria, muitas vezes se chocavam com os interesses das comunidades locais, gerando conflitos fundiários intensos. Neste sentido, segundo Silva (2020), "o Maranhão figura entre os estados com maior índice de conflitos agrários no Brasil, o que reflete uma desigualdade estrutural na distribuição de terras" (SILVA, 2020, p. 134), o que é reiterado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que registrou mais de 800 conflitos no campo entre 2010 e 2020, incluindo ameaças, despejos forçados e assassinatos (CPT, 2021).

Tais conflitos provocam um impacto devastador na vida das comunidades, gerando insegurança, deslocamentos forçados e perda de meios de subsistência. Um exemplo emblemático é o conflito ocorrido em no município de Viana, onde famílias foram despejadas de terras ocupadas há décadas, resultando em confrontos violentos e na destruição de plantações e moradias.

Outro caso significativo ocorreu no município de Matinha, onde comunidades quilombolas enfrentam ameaças constantes de grileiros, forçando parte da população a abandonar suas casas em busca de segurança.

Nos anos de 2015 a 2018, o número de ocorrência de conflitos por terra envolve os municípios maranhenses Codó, Alcântara, Matinha, Itapecuru - Mirim, São Luís e São Benedito do Rio Preto (CABRAL, ET AL, 2023, p.11). Porém, tem-se em vista que o número de famílias envolvidas diretamente nos conflitos não acompanha o padrão do número de conflitos, por questões de catalogação de dados por parte da polícia e da CPT, o número de famílias envolvidas pode ser maior. Ocorre o registro de famílias envolvidas no conflito residentes em municípios onde não há registro de tais conflitos, casos como Buriti Bravo e Passagem Franca no Sudeste do estado e Marajá do Sena, no centro do estado (COSTA, ET AL. 2020).

A CPT (2019) afirma, também, que o estado do Maranhão apresentou os maiores registros de conflitos por terra via ameaças, agressões físicas, assassinatos, prisões e ações

jurídicas contra comunidades e lideranças do campo, indígenas, sindicais e quilombolas em 2018. Quadro que se repercute pela Amazônia Legal, onde se vinculam grandes complexos produtivos sob a estrutura do capital. Essa mesma porção Amazônica representa 96% da área total em disputa no país, o que equivale a 22.810.488 hectares (COSTA, ET AL. 2020).

A violência e a insegurança fundiária também afetam a organização social e o bem-estar das populações camponesas. Estudos mostram que a exposição a conflitos prolongados pode levar a problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão (SILVA, 2020), além disso, a desestruturação de comunidades gera uma fragmentação social, dificultando a mobilização coletiva.

A demanda por reforma agrária no estado ganhou força durante os anos 1980, especialmente com o surgimento de movimentos sociais que buscavam regularizar a posse de terras para pequenos agricultores e comunidades tradicionais. Contudo, os avanços foram limitados devido a barreiras políticas e à resistência de grandes proprietários e se observa que "a ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento agrário compromete o avanço da reforma no Maranhão" (SOUZA, 2012, p. 47), indicando a necessidade de uma ação governamental mais incisiva.

Nos anos de 1980 e 2000 ocorreu o fortalecimento da mobilização e organização social mediante a constituição de entidades representativas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, sobretudo das quebradeiras de coco babaçu através das experiências de associativismo e cooperativismo que trazem consigo bandeiras de luta o babaçu livre, reforma agrária, proteção do meio ambiente, equidade de gênero e gerações, valorização da produção artesanal e geração de renda com o coco babaçu, soberania e segurança alimentar, economia solidária, assim como, o acesso à educação e a saúde, entre outras demandas que possibilitem a melhoria das condições de vida e trabalho nas regiões de extrativismo do coco babaçu.

Lima (2018, p.89) complementa esta perspectiva ao destacar o papel fundamental dos movimentos sociais na luta pela democratização do acesso à terra. De acordo com o autor, tais movimentos têm pressionado o governo e mobilizado a população em torno da questão fundiária, dando destaque ao papel das mulheres. Para ele,

> As mulheres rurais maranhenses, em sua maioria, desempenham papeis essenciais na estrutura familiar e comunitária. Elas são as principais responsáveis tanto pela agricultura de subsistência quanto pela conservação dos bens culturais e ambientais. Tais funções, no entanto, eram tradicionalmente submetidas, sem políticas públicas que reconheçam e valorizem efetivamente essas contribuições (LIMA, 2018, p. 89).

A questão agrária também tem rebatimentos ambientais significativos. A expansão do agronegócio e a grilagem de terras resultam no desmatamento de áreas florestais, afetando os

recursos naturais e a biodiversidade. Segundo o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos (IMESC), o Maranhão perdeu cerca de 40% de sua cobertura vegetal nos últimos 30 anos (IMESC, 2022). Essa perda afeta diretamente as comunidades rurais e tradicionais, que dependem dos recursos naturais para atividades como agricultura, pesca e coleta de produtos florestais. Além disso, a degradação ambiental assim como eventos climáticos extremos, como secas e enchentes, como vem ocorrendo aumentam a precarização das condições de vida destas populações, comprometendo a sustentabilidade dos territórios, os meios e condições de vida de comunidades que dependem dos recursos naturais.

No entanto, a organização das mulheres em associações e movimentos sociais, a exemplo da AMTR tem sido vital para a transformação desse cenário. Ações coletivas coordenadas possibilitam que essas mulheres não apenas resistam às pressões externas, mas também promovam avanços concretos na luta pela terra e pela soberania alimentar.

A luta pela terra no Maranhão encontra resistência em diversas frentes, desde interesses econômicos poderosos até a própria estrutura legal que muitas vezes não está adequada às demandas das comunidades locais. Mesmo assim, a persistência das mulheres, articulada a movimentos sociais, ONGs, órgãos governamentais e internacionais, tem propiciado conquistas substantivas. Muitas delas, por exemplo, conseguiram estabelecer acordos inovadores de uso compartilhado das terras (COSTA, ET AL. 2020).

O fortalecimento da organização das mulheres camponesas não só possibilita um combate mais efetivo contra os grandes conglomerados que visam o controle da terra, mas também promove o desenvolvimento de um modelo de sustentabilidade econômica e ecológica. O reconhecimento do direito à terra e ao território como um direito humano fundamental constitui um aspecto chave na programação da justiça social e do desenvolvimento rural integrado.

> A atuação dos movimentos sociais no Maranhão tem sido fundamental para o fortalecimento da reforma agrária. Estes grupos não só reivindicam a redistribuição de terras, mas também lutam por melhores condições de vida para as comunidades rurais. O protagonismo dos movimentos sociais nas últimas décadas impulsionou o debate sobre o direito à terra, consolidando-se como uma voz ativa e determinante no processo de reforma agrária no estado (LIMA, 2018, p. 102).

O Maranhão enfrenta dificuldades significativas para implementar a reforma agrária devido a barreiras burocráticas e à pressão de grupos econômicos poderosos que resistem à divisão de terras. Esses fatores tornam o processo lento e, muitas vezes, ineficaz. Silva (2024, p. 33) reforça que, “os entraves institucionais e a influência de grandes proprietários dificultam a execução de políticas de redistribuição de terras”, evidenciando uma dinâmica de poder que favorece a manutenção da estrutura fundiária tradicional.

Mesmo sendo responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos no estado (IBGE, 2021), as famílias camponesas têm muitas dificuldades para acessar a terra, o que em muito compromete a segurança alimentar e a geração de renda. Neste sentido, a dificuldade em acesso de títulos de propriedades impede o acesso a créditos rurais e a políticas públicas de incentivo à produção. Outro ponto relevante é a escassez de recursos para financiar programas de apoio às famílias assentadas. O investimento em infraestrutura, capacitação e assistência técnica é essencial para que os assentamentos possam se desenvolver de maneira sustentável, ou seja,

> Sem o investimento adequado, os assentamentos de reforma agrária não conseguem atingir sua plena produtividade, limitando as oportunidades de desenvolvimento econômico das famílias assentadas. A falta de infraestrutura, como estradas e acesso a crédito, compromete a viabilidade econômica desses projetos. (MENDES, 2015, p. 76).

Um elemento crucial da questão agrária no Maranhão é a presença de territórios ocupados por comunidades tradicionais que enfrentam processos de grilagem e exploração forçada. Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB, 2022, p. 19), a situação das terras indígenas no estado é alarmante com apenas 35% das áreas devidamente regularizadas, sendo que esta falta de regulamentação prejudica a manutenção das culturas tradicionais e agrava os conflitos agrários.

As comunidades tradicionais, como quilombolas e povos indígenas, desempenham um papel essencial na luta pela terra no Maranhão. Essas comunidades, muitas vezes marginalizadas, reivindicam não só o direito à terra, mas também à preservação de suas culturas e modos de vida. Para essas populações, a terra tem um valor que vai além do econômico, sendo um elemento central de sua identidade, conforme assevera Almeida (2019, p. 55), quando diz que “a terra para as comunidades tradicionais do Maranhão é um elemento de identidade e sobrevivência cultural”, demonstrando, assim, a dimensão simbólica envolvida na luta pela reforma agrária.

O que se observa é que mesmo após a conquista da terra e a criação dos projetos de assentamento de reforma agrária, e ainda um movimento de luta por uma educação diferenciada muitos direitos ainda não foram garantidos. Todo o processo de organização camponesa juntamente com outros movimentos parceiros no sentido de ter uma educação que estimula os filhos a permanecerem no campo e a trabalharem a terra na perspectiva de desenvolvimento local, economicamente, ainda não é realidade. Resiste ainda como resultado ou como objetivo atingido, o fortalecimento das unidades de mobilização, das articulações com outras entidades e nos embates mais qualificados com o Estado. (SILVA, 2015, p. 85).

Um dos caminhos para solucionar este problema exige políticas públicas consistentes de reforma agrária e a implementação efetiva de mecanismos legais para proteção dos territórios camponeses, a exemplo dos quilombolas.

> Com os títulos de domínio, além de garantir o acesso a direitos essenciais, como educação e saúde, a regularização diminui os conflitos agrários e assegura proteção jurídica para as famílias. O Maranhão é, hoje, o estado com maior número de comunidades quilombolas certificados no Brasil, totalizando 1.152, o que representa um passo importante para a valorização das culturas afro-brasileiras (ITERMA, 2024)

Assim, a questão agrária no Maranhão é ilustrativa dos desafios enfrentados por milhões de trabalhadores rurais em todo o Brasil, especialmente pelo impacto que ela possui sobre o modo de vida da população e a sua relação com o meio ambiente. A luta pela terra, enquanto foco da discussão agrária, não se limita a um simples embate territorial; ela envolve questões de identidade, cultura e sobrevivência para as comunidades envolvidas.

Diante disso, é possível constatar que as mulheres passam a ampliar o raio de atuação no campo político, trazendo novos temas de luta, como argumenta a quebradeira de coco Francisca, ex-presidenta da AMTR:

> A política da AMTR, ele não trabalha só para preservar o babaçu, ela trabalha em defesa do direito da mulher, contra a violência doméstica, violência de você ser mal tratada na sociedade, o direito de saúde, educação e tudo isso é um trabalho social que a gente faz, a diretoria. E quantas pessoas tínhamos analfabetas no nosso meio, que foi isso que trouxe a gente discutir essa política de educação, de formação para as mulheres, porque a maioria era analfabetas, pra escrever uma ata era uma dificuldade, quando eu fui secretária da AMTR em 2002 por aí assim, eu não sabia ler, eu não sabia escrever!, eu fiquei foi mal quando eu recebi esse cargo, eu dizia: "gente eu não sei escrever!", diziam "mas você vai aprender!", eu comecei a estudar, depois dos meus meninos tudo criado, já tudo grande, eu fui estudar! Eu só tinha a 2º série perdida porque eu nem terminei (...) eu fiz a 5º série junto com meu menino, depois fiz o ensino médio, mas não foi fácil minha filha!, e as mulheres quase tudo são analfabetas, as que continuam, poucas estudaram, mas tem muitas que já estudaram, agora, por essa razão a gente já se interessou de buscar políticas de benefício da educação para os nossos jovens, com essa discussão foi criada as Escolas Famílias (...) aí melhorou, muito jovens estão se formando" (Francisca, quebradeira de coco babaçu, ex-presidente da AMTR, moradora do Povoado São João da Mata, Município Lago dos Rodrigues). (LINHARES, 2016, p.202).

A fala de Francisca oferece uma visão rica e multifacetada sobre o trabalho da AMTR, revelando como a organização transcende a ideia de apenas preservar o babaçu para se posicionar na defesa dos direitos das mulheres e na promoção da justiça social. A análise do seu depoimento permite destacar alguns aspectos muito importantes.

A atuação da AMTR não se restringe à conservação do babaçu, mas se estende a uma série de questões sociais, como a defesa dos direitos das mulheres, o combate à violência doméstica e a promoção do acesso à saúde e à educação. Essa articulação evidencia que a

sustentabilidade ambiental está intimamente ligada à melhoria das condições de vida e à emancipação social das comunidades envolvidas.

Um aspecto central na citação anterior é a problemática do analfabetismo, que historicamente afetou a comunidade e, especialmente, as mulheres. A depoente relata sua própria trajetória de superação, ao assumir um cargo de liderança sem saber ler ou escrever, e posteriormente buscar a alfabetização. Essa experiência pessoal exemplifica como a educação pode ser um instrumento poderoso de transformação e empoderamento, permitindo que as mulheres assumam espaços de decisão e ação social.

Ao narrar as dificuldades enfrentadas — como a impossibilidade de redigir uma ata devido à baixa escolaridade — a liderança reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para os problemas educacionais. A criação das "Escolas Famílias", mencionada por ela, simboliza uma resposta concreta a esse desafio, promovendo a formação dos jovens e rompendo com o ciclo de exclusão que afeta as mulheres e suas famílias.

A fala é um exemplo claro de como as lutas ambientais, de gênero e por educação se interseccionam. Ao defender a preservação do babaçu juntamente com os direitos das mulheres, ela evidencia que a melhoria das condições de vida em comunidades tradicionais passa por uma abordagem integrada, que reconhece a complexidade dos desafios e busca soluções que contemplem todas essas dimensões.

O relato também carrega um forte componente de resistência. O fato da maioria das mulheres na comunidade ter enfrentado dificuldades educacionais e de inserção social revela um cenário de segregação social, no entanto, também demonstra que, por meio do apoio mútuo e da busca por capacitação, é possível reverter essa situação e conquistar espaços antes negados às mulheres.

Em síntese, o depoimento não apenas trata a trajetória pessoal de superação, mas também reflete a dimensão política e social das ações da AMTR. Ao articular a preservação ambiental com a promoção dos direitos humanos, a organização se apresenta como um agente transformador, que busca reconstruir a autoestima e a autonomia de uma comunidade historicamente excluída, fortalecendo a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante do exposto, fica evidenciado que o Maranhão apresenta histórica e sistêmica concentração fundiária que constitui elemento determinante para as desigualdades sociais e econômicas que o configuram como estado empobrecido. A questão agrária irresoluta, pela não realização da reforma agrária assume centralidade com a produção de monocultivos que impactam diretamente nas condições de vida das famílias camponesas, mas demarca-se a luta, em particular das mulheres quebradeira de coco babaçu, sobre o que será tratado a seguir.

2.1.1 A luta pela terra no Médio Mearim

Desde a colonização até os dias atuais, a terra sempre foi alvo de disputa. Para uma maioria, os camponeses, a terra tem significado de garantia de vida no campo, com a produção de seus alimentos para a sua subsistência, e para a minoria, os latifundiários têm significado apenas de acumulação de posse e poder no quadro das relações sociais de produção capitalista, fortalecendo a aglomeração de terras. Romper com o latifúndio está atrelado ao rompimento da estrutura desigual engendrada pela sociabilidade do capital.

A região do Médio Mearim, situada no interior do Maranhão, é um dos epicentros da luta pela terra no estado. Essa área é caracterizada pela coexistência de grandes latifúndios, comunidades tradicionais e famílias camponesas. O território juncoense, localizado nessa região, representa um caso emblemático da resistência camponesa e da luta por direitos territoriais.

Lima (2013, p.03), fala que a questão agrária e as lutas de camponesas têm sua historicidade marcada por um sistema dominante, fortalecendo os interesses pessoais, financeiros e políticos de grandes latifundiários, que exploram, escravizam, ameaçam e matam aqueles e aquelas que ousam lutar contra seus privilégios, contribuindo com a negação e matam aqueles e aquelas que ousam lutar contra seus privilégios, contribuindo com a negação de direitos dos trabalhadores, com a perseguição e com práticas violentas que não raro, chegam à tortura e ao assassinato, em especial de lideranças. (LIMA, 2013, p.03).

A região é ocupada, desde o início do século, por descendentes de nordestinos que aprenderam a desbravar matas e a sobreviver por meio de uma economia de base familiar; foi marcada por fortes conflitos, principalmente na década de 1980, tendo como foco de resistência centenas de famílias camponesas que lutaram, e lutam pelo livre acesso aos babaçuais, educação, saúde e contra a concentração de terras. A redução brusca do número de terras disponíveis à agricultura camponesa e ao extrativismo fez surgir, além de um confronto direto com vaqueiros, capangas, milícias privadas a serviço daqueles proprietários e polícias, outras formas de relações econômicas, além de situações conflitantes no momento das práticas extrativistas. (LIMA, 2013, p.4).

A luta pela terra no Médio Mearim também reflete uma dimensão ambiental, pois a expansão do agronegócio tem resultado no desmatamento de áreas florestais, afetando os recursos naturais e a biodiversidade da região. Estudos do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos (IMESC) apontam que, entre 2000 e 2020, o Médio Mearim perdeu cerca de 30% de sua cobertura vegetal original devido à exploração intensiva (IMESC, 2022, p. 15).

A população rural do Médio Mearim possui atualmente mais de 130 mil pessoas, na sua maioria agricultores familiares assentados e quilombolas. Esta região encontra- se numa zona de transição entre a floresta Amazônica, o Cerrado e a Caatinga. Ao longo dos anos uma parte da cobertura florestal foi desmatada para a formação de pastagens e agricultura extensiva. Esta região concentra uma das maiores áreas de babaçuais do Maranhão, presente na composição de vegetação originária do território, que passou a dominar a paisagem tornando-se a espécie florestal predominante, cobrindo vastas áreas conhecidas por babaçuais. A palmeira, o coco babaçu e seus derivados, tornaram- se a base do sustento de milhares de famílias da região do Médio Mearim (ERMINIO NETO, 2020, p.09).

De acordo com Andrade (2009), agravou-se um problema que se arrastava desde a década de 1950, a proibição do acesso à terra para os trabalhadores rurais, que constituíram várias problemáticas, além da proibição do acesso ao babaçu, com altos preços nos aforamentos, roças invadidas pelo gado, enquanto o coco extraído era obrigatoriamente vendido para o fazendeiro, além de serem obrigados a comprar produtos nos comércios dos proprietários das terras.

A produção das roças também foi bastante afetada pelas limitações dos espaços agricultáveis. Na dinâmica da lavoura, a terra precisa de um tempo para descanso, somente depois da média de três a quatro anos ela está apta para receber o cultivo novamente. Com a proibição de ultrapassarem as áreas cercadas pelos proprietários, não havia espaço para o plantio, o que afetou a subsistência das famílias, sendo obrigadas a sobreviver da extração do coco babaçu. No entanto, essa extração também só poderia ser feita mediante acordo com os fazendeiros, porque

> … os comerciantes, em geral os próprios donos das terras, haviam instituído o sistema do chamado vale, pegando apenas nos fins de semana, de acordo com o que cada um quebrara. Em outros casos, tinham imposto a chamada quebra de meia, na qual as mulheres se viam obrigadas a entregar metade do que quebravam, além de perder as cascas dos cocos, com as quais produziam o carvão para cozinhar. Por fim, com o avanço da pecuarização e, portanto, das cercas, e diante da insistência das famílias em adentrar essas áreas, agora privatizadas, os proprietários passaram a coleta e a quebra do coco a terceiros, obrigando as famílias a quebrar nos chamados barracões, dentro das próprias fazendas (ANDRADE, 2009, p. 228, grifos do autor).

No município de Lago do Junco, resistindo à situação de quebra de coco por meio do sistema de vale, quebra de meia ou qualquer tipo de pagamento pela utilização de terras, que beneficiava os fazendeiros\grileiros e estabelecia um regime de semiescravidão, trabalhadores chegavam cedo e, em sistema de mutirão, quebrava o coco a fim de levá-lo para casa antes que os encarregados das propriedades chegassem para fiscalizar a produção. Nessas situações, eram

comuns que vaqueiros e jagunços dos fazendeiros vigiasse e punisse os trabalhadores, por exemplo, tomando-lhes o coco coletado (MARTINS, 2000, p. 147).

No contexto do território juncoense, a luta pela terra ultrapassa as questões econômicas e territoriais, configurando- se, também, como uma luta por justiça social e preservação ambiental. Como afirmam Fernandes e Novaes (2020, p. 88), "a resistência camponesa é um ato político que busca reverter os impactos negativos de um modelo de desenvolvimento concentrador e excludente'' e para tanto esta luta exige a articulação entre movimentos sociais, instituições públicas e a sociedade civil para garantir o acesso justo à terra, a proteção ambiental e a manutenção das culturas tradicionais.

No povoado Centro do Aguiar, em Lago do Junco, os conflitos enfrentados deixaram os camponeses desprovidos de muitos direitos, tais como direito ao trabalho, direito à moradia, direito à criação de animais, direitos à informação, direito de ir e vir, e direito de se reunir e se organizar. (BARBOSA, 2013, p. 177).

A relação entre a Igreja e o Estado teve diversas configurações ao longo da segunda metade do século XX, em alguns momentos diálogos, em outros conflitos, que geram graves acusações e consequências, sobretudo para a igreja. Para Martins (1985) a política agrária da ditadura militar se define pelo Estatuto da Terra, onde o objetivo da Lei era barrar uma revolução agrária.

> [...] o Estado estava fortemente motivado a interferir na questão agrária e a evitar que as populações rurais e os trabalhadores rurais, camponeses e não – camponeses, com a sua força política, com a repressão que estavam fazendo, acabaram levando a uma alteração no que se pode chamar, com toda a propriedade, de "pacto de classes'' que sustentava o Estado Brasileiro (MARTINS, 1985, p. 111).

Na concepção do autor, uma das artimanhas do golpe tinha como propósito, manter um pacto que impedia a participação dos trabalhadores rurais no processo político pois estavam preocupados com uma redefinição do direito de propriedade no país, que ainda se baseava na garantia de monopólio da classe fundiária. O envolvimento de agentes pastorais com a questão agrária, onde o claro posicionamento de clérigos progressistas se dava a favor de posseiros e trabalhadores rurais, impactou não apenas a relação da igreja com o Estado, mas também com grandes empresários ruralistas e com alguns setores da própria Igreja Católica.

No Maranhão, houve disputas por terra em várias partes e ocorreu de forma diversa e apesar de terem a exploração e violência como cenário em comum desses conflitos, cada diocese buscava encontrar meios de atuação de acordo com suas realidades e demandas específicas. Em muitos povoados, tais como os que recebiam a acompanhamento da Diocese

de Bacabal[5], a resistência consistia na luta para permanecer nas áreas previamente habitadas por famílias de migrantes ou seus descendentes, pois

> Os fazendeiros chegavam com o título de terra, acompanhado de jagunços, obrigando as famílias a sair da propriedade que ele dizia que era dele, quando as famílias não queriam sair, usavam de violência e até queimavam a casa. Nesse período também teve a grilagem de terra, se ele tinha comprado 50 hectares, dizia que comprou 100 hectares e as pessoas tinham que sair" (Sr. ILDO LOPES, 62 anos, Trabalhador Rural). (LINHARES, 2016. p. 128)

Outros tipos de violência podiam atingir as mulheres, como ocorreu com duas quebradeiras de coco do povoado Centro do Aguiar, naquele mesmo município, que no dia 12 de julho de 1989 foram sequestradas e levadas até a fazenda para intimidar os maridos. Além disso, no dia 29 de julho do mesmo ano um grupo de mães quis visitar o povoado e foi forçado a voltar sob a brutalidade de jagunços (CPT,1990, p.8).

De acordo com Lima (2023, p. 12), na zona rural do Médio Mearim a igreja começou a acompanhar os conflitos desde meados da década de 1970. No entanto, sua atuação será mais pontual e voltada para a criação de estratégias que auxiliassem os posseiros na luta pela terra, somente no final da referida década, dando continuidade na década de 1980, quando os conflitos de terras foram mais intensos na região, até o início da década de 1990. Importante destacar que no Maranhão a venda de terras para grandes grupos empresariais, facilitada pela Lei de Terras, de 1969 impulsionou a grilagem, expropriação de posseiros e os recorrentes conflitos de terra no Maranhão nas décadas seguintes (LIMA, 2023, p.12).

Uma das estratégias mais importantes de luta camponesa no estado foi a criação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Maranhão - FETAEMA, em 2 de abril de 1972. Nesta ocasião já havia no estado 12 Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR´s, mas a Federação somente foi reconhecida no Diário Oficial da União em 25 de maio de 1973.

Almeida (1981, p.68-69) afirma que as regiões do Maranhão passaram a ter elevado números de sindicatos na década de 1970, a Baixada Ocidental Maranhense que era densamente povoada passou a ter 7 sindicatos (Arari, Vitória do Mearim, Cajari, Matinha, Mirinzal, Bequimão e Alcântara), a região do Itapecuru que no período da ATAM concentrava o maior

---

[5] Em algumas reações do Estado do Maranhão os conflitos de terra receberam a intervenção direta dos franciscanos. A Igreja Católica buscou dar auxílio para que os envolvidos no conflito buscassem seus direitos legais para permanecerem na terra. nas décadas de 1970 a 1990, foram produzidos muitos registros dos conflitos de terra em Bacabal, São Luís Gonzaga, Olho D'Água das Cunhãs, Lago do Junco, Paulo Ramos, Lago da Pedra, Altamira, Lago Verde e Vitória do Mearim.
A Diocese de Bacabal deu especial atenção à luta pela terra na região do Médio Mearim por que essa área fazia parte do seu território de organização pastoral. Tal diocese foi criada em 22 de junho de 1968 pela Bula "*Visibilis natura*" do Papa Paulo VI e instalada em 1° de novembro de 1968, desmembrada da Arquidiocese de São Luís do Maranhão, ela abrange atualmente 27 municípios, dentre eles está Lago do Junco. (LIMA, 2018, p.114).

número de associados passou a ter 6 sindicatos (Caxias, Codó, Parnarama, Timbiras, Timon e Itapecuru-mirim), o Médio Mearim tinha 5 sindicatos (Bacabal, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Lago do Junco e Santo Antônio dos Lopes) e na região de Pindaré 3 sindicatos (Santa Inês, Pindaré Mirim e Monção).

O STR e a FETAEMA têm se destacado como sujeito político de muita importância na luta dos trabalhadores, organizando e mobilizando a classe em defesa de direitos fundamentais e na busca por melhores condições laborais. Por meio de ações coletivas, negociações com autoridades e a promoção do diálogo entre os diversos segmentos sociais, as entidades fortalecem a cidadania e impulsionam a implementação de políticas públicas que visam reduzir desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável. Essa atuação não apenas assegura a proteção dos interesses dos trabalhadores, mas também fomenta uma consciência coletiva capaz de transformar a realidade local e construir um futuro mais justo para toda a comunidade.

Em Lago do Junco, o processo de enfrentamento se deu a partir do momento em que os camponeses foram reconhecidos como posseiros. Essa consciência política emerge a partir da luta social, fruto do processo de expropriação imposta pela expansão do capitalismo, e segundo argumenta Shiraishi (2013, p. 120) "o que está em jogo para esses grupos é o direito à vida, que se "cria", "faz" e "vive" nos territórios ocupados", ou seja, o reconhecimento de direitos fundamentais- consoantes aos modos de "criar, de "fazer" e de "viver"- que garantam a proteção da cultura e do seu patrimônio cultural.

No processo de luta, os posseiros decidiram se organizar por meio de sindicatos, delegacias sindicais e movimentos pastorais e sociais, cujo objetivo era pela permanência na terra. No entanto, este foi um período marcado também pela migração camponesa provocada pelas práticas violentas do capital, fazendo com que muitas famílias se vissem obrigadas a irem embora, por medo da violência que se acentuou, sobretudo na década de 1980. Enquanto muitas famílias migraram, outras consideravam que as terras eram de fato privadas, "terras com dono'', portanto acreditaram que para produzir suas roças, precisavam pagar a renda para o proprietário. Para estes, entrar nas terras cercadas consistia no ato de invasão (LIMA, 2023, p. 188).

O período da "terra privada" e do "coco privado", narrado pelos entrevistados, se configuraram pela privatização das terras devolutas. Assim, o "tempo da fartura" deu lugar ao tempo da escassez, da fome e posteriormente do conflito. As terras, meio de trabalho e de condições de vida tornou-se limitada, cercada por arame farpado em nome do desenvolvimento agropecuário comercial de outros. Desta forma, o pagamento do foro para quem quisesse plantar uma única linha de roça, passou a ser obrigatório. As novas configurações do campo modificaram também as atividades das mulheres que quebravam coco. No "tempo da fartura",

elas trabalhavam com o extrativismo para complementar a renda, posteriormente, no “tempo da escassez”, a atividade das quebradeiras de coco babaçu do Médio Mearim, tornou-se a única opção de fonte de renda para manter suas famílias.

O Médio Mearim, é região caracterizada por suas terras férteis, ricas em biodiversidade, historicamente habitada por populações tradicionais que dependem do uso sustentável dos recursos naturais para sua sobrevivência, e neste contexto, a luta pela terra emerge não apenas como uma questão de subsistência, mas também como um campo de batalhas simbólicas e concretas por direitos e reconhecimento cultural.

As quebradeiras de coco só podiam coletar o babaçu com a permissão do fazendeiro que cobrava em troca a metade do que era quebrado. Quando a cobrança não era de meia, elas eram obrigadas a vender a preços baixos a sua produção para fazendeiros ou comerciantes do povoado, não sendo permitido que vendessem para terceiros. Também não era permitido que levassem as cascas do coco, fonte de produção de carvão tanto para comercialização, quanto para o uso pessoal.

> Antes da AMTR, além das humilhação que a gente passava com o fazendeiro, ainda tinha humilhação dentro da nossa casa. Quando a gente começou a caminhar pra associação muitos maridos diziam: tu vai mas tu não entra, é de lá pra frente. Nós tem companheira que quando voltou fui dormir na casa do vizinho de porta batida. Até comida dentro de casa era negada e eles diziam assim: tu não vive num é disso? Quando eu saia de casa mais a mãe o pai ficava escrochando dentro de casa, levava os meninos pequeno, o Azi e Ângela, foram criados tudo foi carregado dentro da sacola. E todo mundo pensava na volta quando chegava em casa. Então assim nós sofria de todos os lados, às vezes os filhos também não queriam entender. A gente não tinha apoio, só se segurava nós mesmas, uma na outra, e a igreja que ajudava muito, Frei Adolfo tava do nosso lado (MARIA JOSÉ DE SOUSA - MARIA ANÍSIO, LAGO DOS RODRIGUES). (SILVA, 2020, p.34)

Dentre as estratégias de resistência, está a coletividade dos posseiros e quebradeiras de coco. Em todos os municípios que pertenciam à diocese de Bacabal grupos se uniram para apoiar as áreas de conflitos. Homens e mulheres se deslocavam dos seus povoados em direção às famílias em áreas que estavam sofrendo ataques ou ações de expropriações. Este apoio ocorreu de várias formas, desde o enfrentamento armado com os pistoleiros, a veiculação de informações que favorecessem a comunidade e as antecipasse em alguma ação de invasão. A chegada dos apoiadores nos povoados era silenciosa, pela mata fechada, pegando caminhos que não precisassem passar pela área das fazendas, considerando muito arriscada, dadas as ameaças e os assassinatos que na década de 1980 já estavam bem acentuadas.

No período das greves, o coco babaçu passou a ser moeda de troca entre os comerciantes e as quebradeiras de coco, que se tornou a única fonte de renda das famílias. Os povoados passaram a ter um comércio, onde todos compravam nele. O comerciante trocava

seus produtos por coco babaçu quebrado. Em geral precisavam de 10 litros de coco quebrado para trocar por 1 kg de arroz, este montante equivale a um dia inteiro de trabalho de uma quebradeira de coco. Uma mulher que quebra coco rápido, quebra em média, entre 10 e 12 kg por dia.

O coco passou a ser trocado por produtos de subsistência no comércio porque não havia mais terra para plantar mandioca, macaxeira, arroz, batata, feijão e outros gêneros alimentícios, e as famílias também eram proibidas de caçar, pescar ou criar os animais para o consumo (LIMA, 2023. p.194).

Os confrontos armados começaram após sucessivas invasões de pistoleiros nos povoados. Os posseiros decidiram coletivamente se organizar e elaborar estratégias para evitar os ataques.

Uma das características que perpassa pela questão da resistência em comunidades como São Manoel, Ludovico, Aguiar e Centrinho do Acrísio foi a proibição do acesso ao coco babaçu e no que se refere a isto, a luta iniciou pelas quebradeiras de coco, pelo direito de acessar os babaçuais. Uma vez que decidiram brigar pelo coco, brigaram também pela terra, pois compreendiam as palmeiras como uma obra da natureza, nasceram na mata fechada, sem que ninguém as tenha plantado, portanto não poderiam ser propriedade do fazendeiro.

Outra estratégia importante no município para o processo da luta das quebradeiras de coco, inicia pelos debates entre as mulheres nos grupos de mães e grupos da igreja católica, especialmente. Estes grupos funcionavam em diversas comunidades, cuja proposta era discutir a realidade dos seus povoados e trocar experiências.

> O Grupo de Mães era um espaço de debates políticos, orações e reflexões dos textos bíblicos pautados nas CEB's e outras pastorais. As mulheres conceberam estes espaços como estratégias para fortalecer a luta das comunidades, uma vez que buscaram se posicionar em espaços políticos, como STR's e se auto afirmam como quebradeiras de coco como construção de suas identidades. Mas havia muitos desafios na condução dos grupos, o fato das mulheres não saberem ler levou o grupo a ser auxiliado pelo dirigente de Ludovico, que participava de diversos encontros promovidos pela diocese. Ele apresentava as novidades que estavam sendo discutidas fora da comunidade. Com o tempo, elas decidiram avançar nas discussões e tomar as rédeas do próprio grupo (LIMA, 2023, p. 199).

As mulheres têm desempenhado um papel essencial em organizar o movimento de resistência local, através de cooperativas e associações como meio de proteção e autonomia. Nesse contexto, o papel das mulheres camponesas, historicamente invisibilizadas nos discursos e nas políticas públicas, vem ganhando destaque, especialmente por meio de movimentos organizacionais em áreas rurais. Grupos como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), criado no início da década de 1990, e sobre o qual já foi tratado neste

texto, têm sido fundamentais para a valorização do papel das mulheres no campo, especialmente em regiões como o Médio Mearim.

Como já dito, este movimento não apenas luta pelo acesso e preservação das palmeiras de babaçu, mas também defende o direito à terra e a preservação de modos de vida sustentáveis e culturais. A atuação dessas mulheres reflete uma resistência ativa contra os impactos de políticas desenvolvimentistas que, muitas vezes, ignoram as necessidades e conhecimentos das comunidades rurais.

A formação de organizações formais como a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR) também tem sido um marco na luta por terra e território do Médio Mearim. Esta organização surgiu como resposta direta à necessidade de estruturar a resistência e dar visibilidade às reivindicações das trabalhadoras rurais, historicamente marginalizadas dos processos de decisão política e como argumenta Oliveira (2019, p. 75), “a AMTR se consolidou como uma plataforma significativa para a promoção dos direitos das mulheres, articulando demandas locais às agendas nacionais e internacionais”.

A importância dos movimentos sociais na região não pode ser subestimada. A integração das demandas locais às políticas públicas e a pressão para a implementação da reforma agrária tem sido possível graças à articulação e organização comunitária. As mulheres do Médio Mearim têm buscado parcerias com sindicatos, e outros movimentos para fortalecer a luta por seus direitos, assegurando a permanência no campo e promovendo práticas agrícolas sustentáveis.

Esses movimentos trouxeram impactos significativos não apenas em termos de resistência, mas também no desenvolvimento econômico e social das comunidades. Neste sentido, a luta liderada pela AMTR tem assegurado o acesso à terra para um expressivo número de famílias, possibilitando-lhes uma fonte de renda e subsistência digna. Além disso, a organização promoveu a capacitação de suas associadas, empoderando-as através de oficinas, cursos e treinamentos que melhoraram suas práticas agrícolas e aumentaram sua autonomia financeira.

No entanto, os desafios não cessam e as mulheres do Médio Mearim enfrentam constantemente a pressão do capital agrário e as limitações impostas pelas políticas públicas inadequadas e a falta de fiscalização. A luta pela terra continua a ser uma batalha pela justiça social, onde o reconhecimento dos direitos das mulheres como agricultoras e como líderes de suas comunidades ainda necessita de maior atenção. Como sublinhou Costa (2020), “é crucial que o governo e a sociedade civil reforcem e atendam às necessidades das populações

tradicionais, cuja resistência é fundamental para a proteção de nosso patrimônio cultural e natural” (COSTA, 2020, p. 102).

Por fim, a luta pela terra no Médio Mearim, especialmente em Lago do Junco, ilustra perfeitamente a força e a resiliência das mulheres frente aos desafios agrários e sociais. Suas ações não apenas garantem a sobrevivência imediata de muitas famílias, mas também asseguram a continuidade de suas culturas e identidades, que são inseparáveis das terras que habitam. À medida que a sociedade vai compreendendo sobre os direitos fundiários das mulheres é essencial que as vozes dessas líderes comunitárias continuem a ressoar em todas as esferas de discussão pública.

O Médio Mearim é um exemplo das complexas relações de poder e resistência no campo brasileiro. A ação de grileiros e a expansão agropecuária enfrentam a resistência de movimentos locais, como a AMTR, COPPALJ, ASSEMA, MIQCB, AJR, MST e STTRs que contam com o apoio de instituições como a Igreja Católica, que, desde os anos 1980, que fornece apoio jurídico e pastoral. A mobilização dessas mulheres e das comunidades rurais amplia o debate sobre o direito à terra e à autonomia rural, revelando que a questão agrária no Brasil vai além de uma simples redistribuição de terras, mas envolve questões de gênero, cultura e sustentabilidade.

Particularmente, as quebradeiras de coco, organizadas pela AMTR assumem protagonismo histórico na luta pela terra na região, em especial, na luta pelo acesso aos babaçuais, constituindo importante estratégia no enfrentamento ao capital, representado pelo agronegócio e pelo latifúndio. Luta sobre a qual será tratado no próximo capítulo.

3 COCO BABAÇU: IDENTIDADE E RESISTÊNCIA

O coco babaçu é muito mais do que um recurso natural encontrado nas regiões de transição entre o cerrado e a floresta amazônica brasileira. Ele representa uma fonte de sustento econômico, um elemento essencial da identidade cultural, é um símbolo de resistência para as comunidades que o utilizam, especialmente para as mulheres quebradeiras de coco babaçu. Essas mulheres, através de suas práticas tradicionais e organização coletiva, transformam a relação com o babaçu em uma luta multifacetada que inclui direitos territoriais, preservação ambiental e fortalecimento das redes de solidariedade, reafirmando seu papel como protagonista em movimentos sociais de base. O coco babaçu é o ponto inicial da luta das quebradeiras da AMTR, como fica evidenciado no depoimento abaixo.

> Essa história da gente se organizar sobre a quebra do coco nasceu mode a gente quebrar coco de metade, que a gente ia quebrar coco nas solta e o fazendeiro brigava com a gente, tomava os Machados e o Pacará e dizia que a gente tava roubando, aí nasceu também a necessidade reunir nos Clubes de Mães para libertar o coco e impedir a derrubada das Palmeiras. Uma vez eu tava na solta do Pedro Sabino e eu lembro que o Pedro Sabino passou assim por mim, pertinho do açude, e eu com medo, dizendo eu que tava escondida. Quando ele chegou ele falou assim: É pode escavacar, mas tu só escavaca ela essa vez agora, porque daqui pro meio do verão tu não vai escavacar ela mais não por que eu vou trazer um machado pra derrubar elas tudim, ai eu quero saber se tu vai escavacar mais o pé dela. Mas me criava uma raiva e uma coragem tão grande nesse momento, por que era uma hora que a gente tava na maior precisão, vendo os filhos da gente morrendo, passando fome, chorando e a gente ganhava as solta pra quebrar coco e no final o dono da solta vinha falar isso pra gente, ainda fazia a gente correr com medo, as vezes deixava machado, tudo. Para mim que foi aí que a AMTR nasceu, nessa necessidade foi quando nós se reunimos todo mundo, todas as comunidades juntas, daí que veio toda essa luta nossa (Joana Rodrigues Alves - Ianha, Comunidade Ludovico, Lago do Junco). (SILVA, 2020, p.36).

O trabalho com o babaçu não apenas proporciona renda, mas também fortalece a identidade cultural e promove a resistência das comunidades tradicionais. Neste capítulo, discutiremos o papel do extrativismo do babaçu para as famílias, a partir das atividades realizadas por associações e cooperativas organizadas para melhorar as condições de vida das comunidades.

Em termos de economia, podemos dizer que o babaçu é um recurso de aproveitamento integral, gerando diversas possibilidades de renda e sustento. Os principais produtos derivados incluem as biojoias, azeite de babaçu, farinha de mesocarpo, leite de babaçu, óleo, carvão da casca, as fibras e outros subprodutos utilizados na indústria cosmética e farmacêutica. Esses produtos possuem valor econômico e ambiental significativo, contribuindo para a segurança alimentar, a bioeconomia e a geração de empregos nas regiões extrativistas.

O extrativismo do babaçu representa uma das principais fontes de renda das famílias no Maranhão. A atividade, realizada de forma tradicional e coletiva, contribui para a melhoria das

condições financeiras e reduz a dependência de empregos urbanos precários. Além disso, promove uma relação sustentável com o meio ambiente, pois não exige desmatamento nem alterações severas no ecossistema.

O cooperativismo tem se mostrado importante estratégia para fortalecer a cadeia produtiva do babaçu, para tanto, associações e cooperativas ajudam na agregação de valor ao produto, proporcionando possibilidades para a comercialização e garantindo melhores condições de trabalho para os extrativistas. A exemplo dessas iniciativas temos a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco - COPPALJ e a AMTR, as duas localizadas no município de Lago do Junco, onde processam o óleo, o sabão e o sabonete, oferecidos através da Linha Babaçu Livre, e fornecendo produtos para mercados locais, nacionais e internacionais.

O babaçu transcende sua utilidade prática e adquire uma dimensão simbólica para as comunidades que dele dependem. A extração e o processamento dos frutos do babaçu são práticas permeadas por saberes tradicionais, que se transmite de geração em geração. Essa herança cultural fortalece a identidade local, promovendo um sentimento de pertencimento e de resistência diante dos desafios impostos pela modernização e pelas pressões econômicas externas.

Das muitas lutas feitas por políticas públicas, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), implementada pelo Governo Federal, tem papel fundamental para a atividade econômica dos extrativistas do babaçu porque assegura um preço mínimo para os produtos extrativistas, evitando que as famílias fiquem vulneráveis às flutuações do mercado e garantindo uma remuneração mais justa pelo trabalho.

Com a atuação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que operacionaliza a compra dos produtos, a PGPM permite que os produtores comercializem seus produtos sem prejuízos, incentivando a continuidade das atividades extrativistas. Essa política também contribui para a redução da desigualdade social e para o fortalecimento da economia local.

Mas, o babaçu não é apenas economia, e está intrinsecamente ligado à identidade cultural de muitas comunidades. O modo de vida das quebradeiras de coco, reflete um modelo de resistência histórica contra a exclusão econômica e social. Além disso, o plano de manejo dos babaçuais trabalha a conservação do babaçu garantindo a preservação da biodiversidade e do equilíbrio ecológico, reduzindo impactos ambientais negativos.

Ao longo deste capítulo, evidencia-se que o coco babaçu, para além de ser um recurso econômico vital, é um catalisador de mudanças sociais, um elemento unificador da luta por

justiça social, direitos territoriais e preservação ambiental. Assim, o babaçu emerge como um símbolo de luta e resistência, cujas mãos que o quebram também constroem um futuro mais justo e sustentável, reafirmando a importância de valorizar as práticas culturais e organizativas que promovem a justiça social e ambiental.

Neste contexto, o coco babaçu se revela, não apenas como um recurso econômico, mas como um verdadeiro símbolo de sustento para as comunidades que dele dependem. A prática do extrativismo, articulada por famílias, associações e cooperativas, possibilita a geração de renda, a promoção de práticas sustentáveis e a preservação dos saberes tradicionais, que se consolidam como pilares para o desenvolvimento local e regional, como veremos no próximo item.

3.1 AMTR: Organização das mulheres na economia

A Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), foi criada em um contexto de grande desigualdade social e concentração fundiária, características marcantes da região no Maranhão. Fundada no ano de 1989, a associação nasceu da necessidade de resistir às ameaças ao livre acesso aos babaçuais provocadas pela expansão do agronegócio e pela privatização das terras tradicionais. As mulheres quebradeiras de coco, que historicamente dependem do babaçu para sua subsistência, se uniram para enfrentar essas pressões e garantir seus direitos territoriais e de acesso aos recursos naturais. A luta confere identidade às mulheres e de acordo com entrevista feita por Linhares (2016, p. 219):

> A quebradeira é aquela que se dirige a lutar pelo seu objetivo e pela sua identidade (...) o que identifica mesmo a quebradeira, com a sua origem é aquela que luta, é aquela que busca seus direitos, que não para e não se omite e que não teme de lutar e buscar pelo seu direito (Senhora Naná, 56 anos, quebradeira de Coco Babaçu, grifo meu). (LINHARES, p. 219).

A luta na região resultou na conquista da terra por muitas famílias e as quebradeiras de coco babaçu e posseiros do município de Lago do Junco começaram a discutir o modo como eles se sustentariam a partir daquele momento. Como lutariam por políticas públicas, educação, saúde, trabalho no sentido de melhoria para a região. As mulheres pretendiam continuar na extração do babaçu, mas não queriam depender dos denominados atravessadores, porque sobrava pouco para elas. Daí começaram a se organizar em uma associação de mulheres, porque consideravam que o grupo de mães, onde se congregavam não correspondia às novas perspectivas (LIMA, 2023, p.254).

Os sujeitos foram se inserindo em associações e organizações não governamentais, tendo em vista que muitas comunidades vizinhas compartilhavam das mesmas vontades de criarem uma organização onde todos fossem livres, que não houvesse patrão nem empregado, onde os lucros fossem divididos entre eles e elas. Germina, assim, o anseio por coletivização organizada das demandas.

As mulheres destas comunidades enfrentavam uma realidade de extrema pobreza, falta de acesso à água, e dependência econômica dos homens. O surgimento da AMTR representou uma resposta a muitas expressões da questão social, oportunizando-lhes um espaço de organização e resistência.

Maria das Dores Vieira Lima, ex-presidente da AMTR, em uma conversa com Silva (2020, p.35), relata sobre o cenário das comunidades nas décadas finais do século XX:

> Na verdade nesse tempo as mulheres viviam só pra trabalhar, parir e nada mais, porque os conhecimentos eram muito pequeno, até a documentação das mulheres era dependente do marido, e aí foi que veio a ACESA trabalhando a Pastoral da Criança e o voluntário de saúde porque na região só existia meninos morrendo de verme, mulheres morrendo de parto, aquelas criação de porco tudo solto, ninguém usava filtro, ninguém usava foça, as casas algumas era de barro porque a maioria era de palha tanto as paredes como a cobertura, e assim vivia o povo aqui na região e surge a ACESA com a Pastoral da Criança e os voluntários de saúde e foi daí que foi trabalhado a questão do soro caseiro, campanha de fossa e, filtro e toda essa questão de higiene pessoal no intuito preventivo. Depois foi que nós fomos buscar participar de conselhos como por exemplo o de saúde em Pedreiras que era a nível regional, mas pra se buscar isso ninguém podia buscar sozinho, aí veio a história do clube de mãe se legalizar, mais aí era uma coisa muito pequena, daí que veio os intercâmbio dos grupos de mãe com a Pastoral da Criança e Voluntários de Saúde trabalhando nesse mesmo sentido. Assim começa uma articulação dos Clubes de Mães para um movimento maior que chamamos hoje de Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues - AMTR. O movimento de mulheres iniciou na defesa do livre acesso dos babaçuais e preservação do meio ambiente, no enfrentamento das forças do latifúndio e pela permanência na terra, na busca por uma vida saudável no campo, por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Foi no coletivo que as mulheres puderam perceber que podiam fazer alguma coisa e ser cidadã, porque nem os documentos nós mulheres não tinha, éramos dependentes do marido ou do pai (Maria das Dores Vieira Lima, Comunidade São Manoel, Lago do Junco). (SILVA, 2020, p.35).

Como fica evidenciado na fala, a organização teve início articulada com outras organizações importantes na realidade das mulheres, como a Pastoral da Criança e Voluntários da Saúde, mas também foi pioneira na mobilização das trabalhadoras rurais para reivindicar o acesso à terra, uma questão central para a autonomia e segurança alimentar das famílias. A Associação emergiu como um instrumento de luta das mulheres por seus direitos, desafiando não apenas as estruturas de poder locais, mas também as normas patriarcais que relegam as mulheres a papéis subalternos.

Frente a um contexto de negação de direitos à cidadania e à sobrevivência camponesa, surge um movimento resultante da resistência e enfrentamento em defesa do livre acesso aos babaçuais e à terra. Em 14 de maio de 1989, nasceu a AMTR, com 200 quebradeiras de coco sócias fundadoras, envolvendo 14 comunidades rurais dos municípios de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues. Surgia ali um forte movimento no campo, oriundo dos clubes de mães ligados à igreja católica e ao sindicato rural. A partir de então, diversas lutas foram realizadas, expressando o processo organizativo das mulheres na região, mostrando que todas as lutas têm sua importância, inclusive reconhecendo o papel dos clubes e grupos de mães para o surgimento de outras organizações. (SILVA, 2018, p. 125).

A AMTR nasce, então, neste contexto, com a missão de "contribuir para a proteção do meio ambiente fortalecendo a busca pela garantia dos direitos das mulheres através da geração de renda, acesso a políticas públicas e valorização da identidade". (AMTR, 2020) Desse modo, as mulheres buscaram através do associativismo criar um instrumento de representação enquanto trabalhadoras rurais trazendo bandeiras de luta como: direitos das mulheres, proteção da natureza, defesa dos babaçuais, produção e comercialização, o que pode ser encontrado de forma explícita na música abaixo, de autoria de Jailson de Cajazeira, cantada nas reuniões e atividades em geral, e que traz em sua letra melodias que justificam seus objetivos.

Você sabe o que é a AMTR?
Não se preocupe, que eu vou lhe explicar.

AMTR é mulher trabalhadora,
lutando para viver dentro do meio rural.

AMTR já é uma entidade, que luta
para defender os nossos babaçuais.
Para usarmos de maneira bem legal,
Explorar de forma justa a riqueza natural.

AMTR é uma realidade.
Luta das comunidades procurando realizar.
Para transformar a riqueza natural,
produzindo de verdade e comercializar.

AMTR tem seu trabalho ativo,
e não luta dividida, para se globalizar.
Como estilista, lança moda natural,
Vira capa de revista e sai no globo rural.

Nos anos seguintes, através de apoio e diferentes projetos, as mulheres não apenas adquiriram novas habilidades, mas também fortaleceram sua posição dentro da comunidade e de suas próprias famílias. A prática da organização, promovida pela Associação, tornou-se um

elemento central para a sustentabilidade das comunidades rurais da região, mostrando que o engajamento feminino no campo é possível e viável, e.

> Em 1992 ocorreu a instalação da unidade de produção de sabonete e sabão da AMTR no Povoado de Ludovico, promovendo a produção e comercialização em pequena escala do sabonete e sabão à base do óleo do coco babaçu. Iniciativa que possibilitou a inserção de mulheres quebradeiras de coco dos povoados da região tanto no processo produtivo quanto na comercialização dos produtos, contribuindo consequentemente na dinamização da renda familiar (LINHARES, 2016, p. 135).

Figura 1 - Produção da Cooperativa

Foto: Galhardo Silva (2025).

A mobilização das mulheres se alia ao surgimento de outras organizações na região que, segundo as narrativas das agentes sociais, foram se constituindo simultaneamente frente aos conflitos emergentes iniciados na luta pelo livre acesso ao babaçu, pela terra e, posteriormente, por políticas direcionadas.

Neste contexto, também foi criada, em 3 de maio de 1989 a ASSEMA, uma organização não governamental da microrregião do Médio Mearim maranhense. Composta por trabalhadores rurais e assessores técnicos (em sua maioria, pesquisadores de diversas áreas), seu objetivo é apoiar os agroextrativistas da região, prestando assistência técnica, jurídica, econômica e política, organizando cooperativas e associações locais. A Associação resulta da atuação de trabalhadores e trabalhadoras dos STTs dos municípios de Lago do Junco, São Luís Gonzaga do Maranhão, Esperantinópolis e Lima Campos, na região Mearim, os quais se organizam com objetivo de assegurar as terras que haviam conquistado após os conflitos (BARBOSA, 2013, p. 197-198).

Portanto, a ASSEMA, ao longo dos anos, vem contribuindo no processo produtivo do agroextrativismo camponês através de uma política organizacional que opera em rede e abrange um público intergeracional.

Surgem, também, a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (COOPAESP), em 26 de junho de 1992, para promover a comercialização de produtos oriundos do babaçu e dinamizar a economia familiar, e trabalha com a produção e a comercialização da farinha de babaçu.

No bojo da luta das quebradeiras de coco, foram surgindo, ainda, outras organizações e

> Precisamente em abril de 1991, surge a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ) fruto da parceria entre a ASSEMA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e o apoio de entidades como a Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA) e em especial a Igreja Católica por meio da ACR e do Projeto Miserior financiado com recursos oriundos da Alemanha. Desse modo, a Cooperativa surge como mais uma alternativa de geração de renda através da extração de concentração do óleo de babaçu, além disso, destaca-se a implantação das cantinas nos povoados para coletar a produção das amêndoas das quebradeiras, marcando o `fim da sujeição ao patrão nos comércios locais de troca da produção (LINHARES, 2016, p. 135).

Nesse processo, uma das principais ações promovidas pela Associação junto às cooperativas foi a criação de cantinas, pequenos comércios administrados por sócios das cooperativas, destinados a compra das amêndoas de babaçu por produtos de consumo doméstico, buscando eliminar a figura do "patrão/atravessador" no processo de comercialização das amêndoas e ofertar um preço mais justo na aquisição dos gêneros de consumo pelas quebradeiras e suas famílias (RÈGO; ANDRADE, 2006).

A COPPALJ tem desempenhado um papel importante na organização das quebradeiras de coco e na produção do desenvolvimento econômico sustentável na região, proporcionando suporte e oportunidades para as quebradeiras de coco babaçu e outros pequenos produtores agroextrativistas.

No ano de 2024, o babaçu comercializado nas cantinas e pontos de compras renderam 654.398,5 kg. Como pode ser visto na tabela abaixo, essa produção é resultado do trabalho coletivo e perpassa sobre os princípios da economia solidária. As cantinas desempenham um papel fundamental como espaços de comercialização nas comunidades, e a gestão delas é uma responsabilidade compartilhada pelos membros da comunidade (SILVA, 2024, p.43).

Tabela 04: Babaçu comercializado nas cantinas e pontos de compras no ano de 2024

Cantina/Ponto de Compra	**Comunidade**	**Quantidade em KG**
Cantina	Bertulino	55.100,0
Cantina	Centrinho do Acrísio	17.632,0

Cantina	Ludovico	54.849,0
Cantina	São Manoel	65.206,0
Cantina	Sítio Novo	61.364,0
Cantina	Aguiar	89.246,0
Cantina	Três Poços	44.808,5
Cantina	São Francisco	56.424,0
Ponto de Compra	São João da Mata	46.176,5
Ponto de Compra	Abelha	22.650,0
Ponto de Compra	Boa Vista	5.378,0
Ponto de Compra	Santa Rita	76.626,0
Ponto de Compra	Prensa	14.242,0
Ponto de Compra	Rua 27/Lago do Junco	5.313,5
Ponto de Compra	Panela Furada	39.383,0
TOTAL	**654.398,5 KG**	

Fonte: COPPALJ (2025)

Hoje existem 8 cantinas distribuídas nos municípios de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, as quais são base da COPPALJ. Em sua sede as amêndoas das quebradeiras são armazenadas e prensadas sendo transformadas em torta para a alimentação animal e óleo orgânico de babaçu, matéria prima essencial para a culinária local e para a produção de cosméticos e materiais de limpeza, como o sabão e o sabonete (SILVA, 2024, p. 44-45).

A economia solidária baseia-se em princípios de cooperação, autogestão e distribuição equitativa dos resultados, contrastando com o modelo tradicional de produção capitalista. No contexto do babaçu, esse modelo permite que comunidades, especialmente as mulheres quebradeiras de coco, desenvolvam atividades produtivas de forma coletiva, gerando renda e promovendo a sustentabilidade ambiental e social.

A cadeia produtiva do babaçu apresenta desafios que vão desde a regularização fundiária e a luta pelo acesso aos territórios tradicionais até a necessidade de infraestrutura e apoio técnico. Por outro lado, a potencialidade da exploração sustentável do babaçu é vasta, abrangendo produtos como óleo, farinha, sabonetes e artesanatos, com possibilidade de inserção no comércio justo e solidário.

Figura 2 - Produtos Extraídos do Coco Babaçu

Foto: Galhardo Silva (2025)

O comércio justo e solidário tem sido uma estratégia fundamental para agregar valor aos produtos derivados do babaçu, garantindo condições dignas de trabalho e preços justos para as comunidades produtoras. Iniciativas de certificação e parcerias com mercados consumidores conscientes ampliam as oportunidades econômicas para as quebradeiras.

Vimos então, que a AMTR, como já mencionada anteriormente, surge em um contexto de conflitos, com o processo das reivindicações em andamento, atrelado às violências de direitos, em uma pauta mais política, deu se origem ao que Hobsbawm (1995, p.406) chamou de “novos movimentos sociais’’, que seriam caracterizados por uma identidade grupal própria enquanto força política em defesa do meio ambiente.

De acordo com Silva (2018), nesse processo de buscar o “novo’’ ou uma “nova etapa de luta’’, após a conquista da terra, os trabalhadores e trabalhadoras rurais perceberam que ela sozinha não atendia a todas as suas necessidades. Sem saber como fazer, iniciaram buscando por experiências e, outros lugares que permitissem pensar as alternativas que melhor se adequassem à sua realidade (SILVA, 2018, p.91).

As mulheres envolvidas com a quebra do coco babaçu construíram historicamente uma identidade própria baseada no empoderamento e no enfrentamento de situações adversas. A construção da identidade de *quebradeiras de coco* foi algo lento e processual. Inicialmente,

muitas mulheres espalhadas pelo estado tinham como principal atividade a quebra do coco e eram vistas pela sociedade local como quebradeiras de coco, entretanto, esta não era uma identidade coletivamente pensada, usada e reinventada por elas. A partir da década de 1980, essa identidade foi sendo definida e constituída em mobilizações pela garantia da posse da terra, e pelo acesso e preservação de palmeiras de babaçu (BARBOSA, 2013, p. 195).

> Eu acho que a quebradeira é a mulher que quebra o coco mesmo, tem mulher que não quebra coco, então aquela dali eu não chamo de quebradeira não, ela não quebra coco, ela vive de outra coisa né? Faz outros tipos de coisa. Também a quebradeira é aquela que também luta pela causa da quebradeira, ela não tá quebrando, mas ela tá indo procurar formas de defender o meio ambiente, de proteger os babaçuais, então essa daí também pra mim é uma quebradeira né? Ela tá ajudando a gente a proteger, a defender, a lutar pelo preço do coco, por tudo enquanto (...) que nem a Maria, que nem a Naná, que nem a Dió, elas não estão mais quebrando coco, mas elas vivem atrás disso aí direito, de proteger, de ajudar, de tudo enquanto, todo lugar aí que elas vão, em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e é fazendo esse papel ai da quebradeira (...) e aí ela não tá quebrando porque ela tá fazendo essas outras coisas, mas também é em prol do babaçu (Irací Silva, 47 anos, quebradeira de coco, membro da COPPALJ) (LINHARES, 2016, p. 219).

Evidentemente, a identidade de quebradeira de coco não é reconhecida em todos os lugares que apresentam babaçuais, sendo, portanto, uma identidade territorializada. A nova e positiva identidade de quebradeiras de coco emergiu onde foram criadas condições para o seu desenvolvimento. Essas condições foram proporcionadas por alguns fatores, como a luta pela terra, a autonomia no setor produtivo e no local de moradia, as formas de ação político-organizativas permanentes (ALMEIDA, 1995, p.19).

Entre os feitos mais marcantes da Associação, destaca-se a participação ativa na criação e fortalecimento do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Essa iniciativa foi essencial para ampliar a visibilidade das demandas das quebradeiras em nível regional e nacional. Além disso, a AMTR desempenhou um papel crucial na luta pela aprovação de leis municipais.

Neste sentido, o município de Lago do Junco entra para a história como o primeiro município a aprovar a Lei do Babaçu Livre na Câmara dos Vereadores. A promulgação da Lei representa uma grande conquista das mulheres quebradeiras pelo acesso e uso comum das áreas de ocorrência da palmeira de babaçu, pois os fazendeiros são oficialmente obrigados a permitir a livre coleta do coco nas suas fazendas e ainda devem cumprir certas exigências consoantes a conservação e o manejo das palmeiras. (LINHARES, 2016, p. 136).

Outro destaque é a colaboração com movimentos sociais em campanhas pela sustentabilidade e justiça climática, promovendo práticas agroecológicas que aliam a conservação ambiental à melhoria da qualidade de vida das famílias rurais. Essas iniciativas

têm gerado impactos concretos, como o aumento da renda familiar e a preservação dos recursos naturais da região

Os diversos espaços criados pelas mulheres, as ações estratégicas do planejamento anual da associação, as assembleias, reuniões de diretoria, atos públicos, audiências públicas, seminários, oficinas, campanhas, participação em eventos externos promovidos pelos parceiros locais, regional e estadual, proporcionaram debates que resultaram no amadurecimento da identidade das quebradeiras de coco e do conhecimento de seus direitos.

Essa dinâmica fortalece o senso de pertencimento e solidariedade, criando uma base sólida para a atuação coletiva. Além disso, essas reuniões também têm um caráter pedagógico, pois funcionam como espaços de formação política e educacional. A partir de debates, palestras e oficinas, as participantes têm a oportunidade de ampliar seus conhecimentos sobre direitos humanos, legislação agrária e gênero, além de desenvolver habilidades de liderança e organização comunitária.

Linhares (2016, p. 123), discorre sobre a sobre a atuação da AMTR para lutar pelo direito à educação, culminando com a criação da Escola Família Agrícola Antônio Fontenele (EFA) localizada no Povoado de São Manoel e o Centro Familiar de Formação por Alternância Manoel Monteiro (CEFFA), localizada no Povoado do Pau Santo, sobre a quebradeira Diocíona L. Reis, detalha no depoimento abaixo:

> Na educação, nós fizemos uma equipe, nós fomos discutir junto ao secretário de educação em São Luiz e a gente conseguiu o colégio grande do Centro do Aguiar, foi o primeiro colégio, aquele ali foi uma reivindicação da AMTR, porque aqui os nossos filhos tinham que sair pra estudar, iam pra cidade, pra lá não voltavam mais, porque pegaram o gosto da cidade e aí pronto não queriam mais vir para o interior, de lá iam embora, viravam coisa ruim e aqui no Aguiar começou o povo a estudar. Mas a AMTR, a Cooperativa [COPPALJ], que a cooperativa foi criada depois né?, as outras associações de família se juntou também e começou a buscar um intercâmbio da escola alternada, porque chamava escola de alternância que nós tem ali. Era da França, veio umas pessoas da França, se não me falhe a memória, os companheiros podem ajudar nisso ai, teve essa grande orientação, aqui foram muitas companheiras visitar no Espírito Santo uma escola que já tinha, parece que foi na Bahia também.. eu sei que a gente fez muita visita nesses intercâmbios assim, e com muito tempo a gente foi articulando, articulando, articulando e a gente montou essas escolas de alternância que a gente tem aqui, sabe? Que é a formação de técnico, que era toda uma discussão de trabalhar a nossa juventude, também pra manter na zona rural que esse é o maior desafio pra mim. A União das Escolas Família aqui no Maranhão, a primeira presidente das escolas famílias, veja gente, que foi? Uma pobre velha da Dió que só sabia assinar o nome com tanta gente formada lá que não queria, porque não tinha dinheiro, não tinha como se mexer mesmo sabe? Eu fui voluntária, também não tinha dinheiro, pedia passagem para o povo, pedia.. menina precisava você vê! Mas eu não deixei cair não! Entreguei já a parte burocrática já toda preparadazinha, eu não sabia mas pedia aos outros professores das escolas, tinha a escola de Poção de Pedra, a escola daqui de São Luiz Gonzaga, tinha um rapaz com nome Lourenço, ele trabalhou junto comigo muito, muito, muito, gastando do bolso dele, trabalhando essa questão burocrática e eu não sabia, ele ajudou muito e hoje tá ai, a União das Escolas Famílias, a UAEFAMA. E eu chorei muito (...) brigando mais o povo, porque eu tinha raiva da

> lerdeza, ruindade, porque tinham dinheiro pra ir, tinham mais sabedoria do que eu pra ajudar, aí era desse jeito, a minha parte eu fazia. E essa conquista toda nós conseguimos tudo através dessa luta pesada que nós tivemos, buscando da raiz mesmo toda essa luta, tá ai, lutamos, lutamos conseguimos tem o fundamental e a média no Pau Santo. Essa Luta pra nós manter a nossa juventude aqui (Diocina L. dos Reis, 62 anos, quebradeira de coco babaçu e membro da diretoria da AMTR). (LINHARES, 2016, p. 203).

Os filhos e filhas dessas quebradeiras também se mobilizaram enquanto Associação de Jovens Rurais (AJR), com a missão de mobilizar os jovens dos municípios de Lago do junco e Lago dos Rodrigues para contribuir no processo de formação educacional e político resgatando e valorizando a identidade camponesa, articulando estratégias conjuntas que garantam sua relação com a cultura e o território.

A AJR congrega grupos de jovens de comunidades rurais dos municípios de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues e foi criada em 1998 a partir da organização dos grupos de jovens ligados à igreja católica, no sentido de constituir um espaço próprio para suas discussões e implementações de suas demandas de políticas públicas direcionadas.

Com as parcerias firmadas ao longo dos anos, a Associação segue reafirmando seu compromisso com a justiça social, o empoderamento feminino e a defesa dos direitos das quebradeiras de coco babaçu, inspirando gerações e construindo um futuro mais digno e sustentável para o Médio Mearim.

As cantigas dos movimentos enfatizam e afirmam a identidade dessas mulheres quebradeiras de coco babaçu bem como a integração com outros estados como mostra a música intitulada Eu Sou Quebradeira

Eu sou quebradeira,
Eu sou quebradeira,
Eu vim para lutar.

Pelos meus direitos,
Pelos meus direitos.
Eu vim reivindicar.

Mais educação e saúde
Pra toda nação.
Eu sou quebradeira,
Sou mulher guerreira,
E venho do sertão.

No Tocantins, tem quebradeira,
No Piauí, tem quebradeira,
Lá no Pará, tem quebradeira,
E no Maranhão, estão as quebradeiras. (bis).

Letra: Antônio Nascimento Silva (Mundoca).

Música: paródia de “Sequestro do Toinho’’.

A canção "Eu Sou Quebradeira" descrita acima é uma expressão poderosa da identidade e da luta das mulheres que trabalham com o babaçu, celebrando tanto sua trajetória quanto a força coletiva. Ao afirmar repetidamente "Eu sou quebradeira", a letra reforça o orgulho de pertencer a essa categoria, evidenciando a importância do trabalho manual e a resistência diante das adversidades históricas e sociais.

Além disso, a menção a diferentes estados – Tocantins, Piauí, Pará, Maranhão – amplia o sentido de solidariedade e integração entre essas mulheres, mostrando que sua luta transcende as fronteiras geográficas. Essa rede de apoio regional fortalece a reivindicação de direitos universais, como o acesso à educação e à saúde, que são fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e para o reconhecimento do seu valor na sociedade.

Assim, as cantigas dos movimentos não só celebram a identidade dessas mulheres, mas também se transformam em instrumentos de resistência e empoderamento. Elas dão voz a um grupo historicamente marginalizado, transformando a cultura popular em um espaço de afirmação e transformação social.

O processo de organização político e social dessas mulheres nesse espaço deram oportunidades para que expusessem as diversas situações cotidianamente vivenciadas por elas, nas quais desmistificam a naturalização de sua condição enquanto mulher, quebradeira de coco babaçu e trabalhadora rural.

Todas essas novas organizações tinham a finalidade de atender as comunidades que passaram pelo conflito e conquistaram a terra, dando prioridade a interesses específicos com assistência direta na qual todos pudessem participar da tomada de decisões.

As quebradeiras de coco babaçu da região do Médio Mearim deram início ao processo de organização coletiva, estimuladas pelas arbitrariedades cometidas pelos ditos “donos das terras’’. Esse processo de organização coletiva se deu por meio de estratégias de resistência na qual rompiam com os termos usuais em que tradicionalmente eram classificados (BARBOSA, 2006). Muitas delas, senão todas, foram adquirindo representatividade conforme iam sendo realizados os embates na região e, com isso, acionaram a identidade política de quebradeira de coco babaçu.

Nos relatos de Sebastiana para Linhares (2016, p. 205-206) podemos observar como se deu o processo de identificação das mulheres como quebradeira de coco babaçu.

> Na ASSEMA nós começamos a fazer parte dos grupos de estudos, organizados na época pela Noemi, reunia mulheres de vários municípios, tinha mulheres de Lima

> Campos, Lago do Junco, Esperantinópolis, São Luiz Gonzaga e outros, fazendo um intercâmbio de experiências, afinal “uma andorinha só não faz verão, né?” Nessas formações nós começamos a tratar da questão de ser quebradeira, nós não víamos que nós tínhamos uma profissão, quando a gente ia tirar um documento e perguntavam a nossa ocupação, a gente dizia que era doméstica e trabalhadora rural, antes as mulheres tinham vergonha de dizer que era quebradeira de coco, mas nas discussões nos grupos de estudo Noemi falava: “tudo que gerasse renda, era uma profissão” e a gente foi se despertando para isso, para a nossa identidade. Em 1991, teve em São Luiz o primeiro encontrão onde foi criada a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, mas nós pensamos e não queríamos apenas uma associação, nós queríamos um movimento e aí depois mudamos o nome para Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco, mas na verdade é uma associação que nós identificamos como movimento (Sebastiana Ferreira da Silva (Moça), 55 anos, quebradeira de coco babaçu, diretora regional do MIQCB na Microrregião do Médio Mearim).(LINHARES, 2016, p 205-206).

O trecho evidencia um processo de construção identitária e de empoderamento coletivo das mulheres que historicamente tiveram sua atividade invisibilizada e desvalorizada. Inicialmente, muitas quebradeiras não se viam como profissionais, nem reconheciam o valor de seu trabalho, chegando a registrar suas ocupações como “doméstica” ou “trabalhadora rural”. Esse processo de desidentificação estava enraizado em um contexto social que subestimava a importância da atividade de quebrar o coco babaçu.

A participação em grupos de estudo organizados por Noemi foi decisiva para essa transformação. Ao reunir mulheres de diferentes municípios, esses encontros promoveram o intercâmbio de experiências e a reflexão sobre o real significado de sua atividade. A frase “uma andorinha só não faz verão” sintetiza a importância da coletividade e da solidariedade na construção de uma identidade comum e fortalecida. Nesses espaços, as mulheres puderam perceber que, ao gerar renda e exercer um trabalho especializado, elas detinham uma profissão que merecia reconhecimento.

A criação da Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, e posteriormente do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco, simboliza essa jornada de resgate e afirmação. Não se tratava apenas de formar uma associação, mas de estruturar um movimento social que pudesse lutar por direitos, visibilidade e reconhecimento profissional. Assim, o relato de Sebastiana Ferreira da Silva destaca não só a importância da organização coletiva, mas também como a reflexão e o diálogo podem transformar a percepção de si mesmas e das suas práticas laborais, elevando-as de uma condição de invisibilidade para a de protagonistas de uma luta por reconhecimento e valorização.

Dessa forma, a atuação coletiva das mulheres da AMTR evidencia a força da economia solidária como estratégia de resistência e transformação social. A cooperação, o compartilhamento de saberes e a gestão participativa fortalecem não apenas a produção e comercialização de seus produtos, mas também o sentimento de pertencimento e identidade

coletiva. A experiência da associação demonstra que a organização comunitária é um caminho viável para a construção de alternativas econômicas sustentáveis, capazes de gerar renda e, ao mesmo tempo, promover a valorização do trabalho feminino no campo.

No entanto, apesar dos avanços conquistados, as mulheres da AMTR ainda enfrentam desafios estruturais que limitam a ampliação de sua autonomia. As dificuldades de acesso a crédito, a sobrecarga do trabalho doméstico e a persistência de padrões culturais que restringem o protagonismo feminino no meio rural são algumas das barreiras a serem superadas. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender como essas trabalhadoras lidam com tais desafios e quais perspectivas se desenham para a reconfiguração dos paradigmas rurais. A próxima seção abordará esses aspectos, destacando as estratégias de resistência e empoderamento que têm impulsionado a participação feminina na Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues.

3.2 AMTR: Organização das mulheres na luta de resistência

Oh, mulher, te chamo, porque esta luta é tua,
Deixe essa cozinha e vamos cair na luta.

Essa luta é nossa, não desanime, não
As nossas palmeiras estão todas no chão!
Vamos dar um jeito, que eu já não aguento.
É pra nossos filhos que dá o sustento.
(Música de domínio do Grupo das Encantadeiras)

Essas palavras, oriundas do Grupo das Encantadeiras, ecoam como um grito de resistência que convoca as mulheres a romperem com os limites tradicionais e a reivindicarem seu espaço na transformação social e econômica. Nesse chamado, cada verso representa não só o desafio diário de abandonar as barreiras históricas impostas à sua liberdade, mas também a esperança de reconfigurar paradigmas que há muito confinam suas vidas a papeis pré-determinados. Ao se posicionar contra as adversidades, a AMTR converge para uma ação coletiva que transcende à mera sobrevivência, transformando a luta por autonomia em um instrumento de renovação dos modelos rurais. É a partir desse chamado do trecho da música “Oh! mulher, te chamo” cantada pelo Grupo das Encantadeiras damos início a essa temática onde os desafios enfrentados se entrelaçam com as perspectivas de organização e luta, fortalecendo a trajetória de cada mulher e de toda a comunidade na construção de um futuro mais justo e solidário.

A Associação tem se consolidado, ao longo de décadas de existência, como um exemplo de resistência, organização e protagonismo feminino no território do Médio Mearim. Por meio

de suas parcerias com outros movimentos sociais e municípios da região, tem promovido transformações significativas para as quebradeiras de coco babaçu e para toda a comunidade rural.

Sua atuação tem se mostrado fundamental para o fortalecimento da organização política das mulheres extrativistas ao articular suas ações com outras organizações, essa associação amplia o impacto de suas iniciativas, promovendo a construção de redes de apoio e a troca de experiências que incentivam a mobilização coletiva e o empoderamento feminino no meio rural.

Estas mulheres organizadas se apresentam como agentes de reconfiguração não só das práticas produtivas, mas também das relações sociais e econômicas que fundamentam a organização comunitária. Nesse contexto, instrumentos legais, como a Lei Babaçu Livre, emergem como pilares essenciais para a valorização dos saberes tradicionais e a garantia de condições equitativas no acesso aos mercados, ao mesmo tempo em que possibilitam o fortalecimento da identidade cultural e econômica de grupos locais.

Nas décadas de 1970 e 1980, as lutas dos camponeses aumentaram consideravelmente e mais precisamente nos anos 1980, as mulheres adquiriram visibilidade no enfrentamento aos conflitos sociais no campo. No contexto rural brasileiro desta época eram comuns as mulheres se inserirem nas lutas pela saúde, educação, moradia, alimentação e, cada vez mais, ocuparem cargos de direção em instituições, isso seria, segundo setores da igreja católica, como a CPT e Cáritas, resultado da maior relação das mulheres com as dinâmicas do cotidiano, em oposição aos homens que viam sua vida a partir das relações de trabalho e eram menos tocadas pelas contradições sociais seriam possíveis justamente nas relações de base do cotidiano, o conjunto das mulheres seria reconhecido por sua luta revolucionária (CPT, 1990, p. 13-14).

Neste sentido, a AMTR, em parceria com a ASSEMA, permite um intercâmbio enriquecedor de saberes e práticas entre mulheres inseridas em contextos de assentamento, onde a luta por direitos territoriais, a preservação dos saberes tradicionais e a busca por políticas públicas são desafios cotidianos. Essa articulação fortalece a capacidade de mobilização das mulheres, incentivando a participação em espaços decisórios e a reivindicação de políticas que atendam às demandas específicas das comunidades extrativistas. Dessa forma, as estratégias de resistência e de promoção do desenvolvimento sustentável ganham um caráter mais abrangente e intersetorial.

Historicamente, as mulheres nas áreas rurais enfrentaram desafios que iam desde a marginalização na tomada de decisões até a precariedade de políticas públicas voltadas às especificidades do trabalho agroextrativista. No entanto, a organização dessas mulheres vem promovendo a ressignificação do papel feminino, destacando a importância do protagonismo

na gestão dos recursos naturais e na defesa de práticas sustentáveis. A consolidação dessa autonomia tem sido fundamental para a inserção do babaçu, um recurso de grande relevância socioeconômica, em mercados que valorizam produtos com certificação orgânica e de origem tradicional.

O processo que ocasionou a afloração do movimento das quebradeiras de coco babaçu do Médio Mearim, no estado do Maranhão, traz como questão de partida os conflitos pelo acesso ao babaçu e posteriormente à terra, que geraram um clima de questionamentos à visão de mundo, barreiras morais e sociais que dominavam essas populações no padrão histórico de submissão aos latifundiários e à negação do direito à dignidade das famílias, então baseada no acesso às condições básicas de subsistência (AYRES JÚNIOR, 2007 , p. 122).

Nesse sentido, a Lei Babaçu Livre assume papel estratégico, pois esta legislação, ao reconhecer e proteger a cadeia produtiva do babaçu, assegura condições mais justas para as mulheres produtoras, promovendo não apenas o acesso ao mercado, mas também à preservação dos métodos de extração e processamento que respeitam o meio ambiente e os saberes ancestrais.

O comércio justo e solidário também constitui uma estratégia crucial para a inclusão das mulheres na cadeia do babaçu, pois estabelece um elo direto entre os produtores e os consumidores, eliminando intermediários e garantindo uma remuneração condizente com o trabalho realizado. Iniciativas de certificação, feiras locais e parcerias com redes de consumo consciente têm potencializado a visibilidade dos produtos, contribuindo para a formação de um mercado mais ético e sustentável. Essa abordagem não só amplia as oportunidades de negócio, mas também reforça a importância de práticas de produção que respeitam tanto o meio ambiente quanto os direitos dos trabalhadores.

Ao eliminar barreiras burocráticas e fomentar a valorização do produto, a lei contribui para o fortalecimento da economia local e para a garantia de um selo orgânico que ateste a qualidade e a sustentabilidade da produção. Essa certificação, promovida pela COPPALJ, é crucial para a consolidação de um mercado diferenciado, no qual o valor agregado do babaçu se traduz em benefícios diretos para as famílias e para a saúde da comunidade.

Entretanto, a realidade dessas organizações é permeada por desafios complexos, dentre os quais a pulverização das áreas que vem ameaçando o território de coleta do babaçu. A fragmentação territorial dificulta a implementação de práticas agrícolas uniformes e o monitoramento contínuo necessário para a manutenção dos padrões exigidos pelo selo orgânico. Essa dispersão compromete não apenas a rastreabilidade e a qualidade do produto, mas também a coesão interna das associações, fragilizando o poder de negociação e a

capacidade de resposta frente às demandas de um mercado cada vez mais competitivo. A ausência de um manejo integrado e de políticas públicas que incentivem a organização territorial pode, assim, gerar complicações que reverberam em toda a cadeia produtiva, afetando desde o processo de certificação até a sustentabilidade econômica dos empreendimentos.

Adicionalmente, a redução no valor das amêndoas de babaçu configura um cenário de dificuldades para as mulheres envolvidas nesse segmento produtivo. A desvalorização do produto não apenas diminui a remuneração justa pelo trabalho realizado, como também pode desencadear uma série de consequências negativas para a saúde humana. A diminuição da renda familiar tem o potencial de comprometer o acesso a uma alimentação adequada, ao investimento em infraestrutura sanitária e à própria manutenção de práticas de produção que assegurem a qualidade nutricional e a segurança dos alimentos.

Assim, a queda de preço reflete um desequilíbrio que afeta tanto os produtores quanto os consumidores, evidenciando a necessidade de políticas integradas que promovam a valorização do babaçu e, consequentemente, a melhoria dos indicadores de saúde pública.

Diante desse cenário multifacetado, é imperativo repensar as estratégias de organização e fortalecimento das mulheres trabalhadoras rurais. A busca por soluções passa pela implementação de programas de capacitação técnica e gerencial, pela promoção de parcerias entre instituições governamentais e não governamentais e pelo incentivo a práticas de produção que unem tradição e inovação. Ao articular esforços para combater a pulverização territorial e garantir a integridade do selo orgânico da COPPALJ, torna-se possível não só preservar o legado cultural e ambiental, mas também assegurar condições dignas de trabalho e vida para as comunidades rurais, a AMTR, MIQCB, ASSEMA, COPPALJ e outras organizações têm levantado demandas de lei no município que proíba o uso de agrotóxicos pulverizados por vias aéreas, e que insira a disciplina de agroecologia nas escolas do município.

Tais espaços são considerados pelas quebradeiras de coco babaçu como sendo de formação social e tomada de decisões coletivas, em que há a liberdade de pensar, debater e deliberar acerca de situações internas e externas relacionadas às práticas cotidianas.

A educação política promovida pela AMTR desempenha um papel crucial na formação de lideranças locais que se tornam protagonistas de suas comunidades e contribuem para a construção de um mundo mais justo e solidário. Dessa forma, as práticas organizativas da associação constituem exemplo inspirador de como a ação coletiva pode transformar a realidade e abrir caminhos para o futuro de resistência.

O desafio está em transformar essa resistência em práticas inovadoras de economia solidária e agroecologia, capazes de fomentar a autonomia e a participação social em territórios

historicamente negados. A reflexão proposta neste item aponta para a necessidade de repensar a luta por políticas públicas e os modelos de desenvolvimento rural, abrindo espaço para a integração dos conhecimentos e práticas dessas mulheres na construção de um futuro sustentável e justo.

A relação com o MIQCB, em especial, amplia a rede de articulação para uma dimensão interestadual, reunindo mulheres que, apesar das particularidades regionais, compartilham desafios semelhantes na defesa dos recursos naturais e na valorização do trabalho extrativista. Essa união fortalece a luta coletiva, evidenciando que a construção de alternativas ao modelo hegemônico passa necessariamente pela cooperação e pela troca de experiências entre diferentes realidades.

Em síntese, a articulação entre a AMTR, ASSEMA, COPPALJ, COOPAESP e MIQCB, importantes organizações diretamente organizadas por mulheres quebradeiras de coco, se revela uma estratégia eficaz de fortalecimento político e social das mulheres extrativistas no sentido de fortalecer uma rede sólida de apoio, capaz de transcender barreiras geográficas e culturais, e de impulsionar a luta por condições de trabalho dignas, pelo respeito aos direitos territoriais e pela valorização dos saberes tradicionais. Assim, as ações conjuntas se configuram como um importante instrumento de resistência e de transformação social, apontando para um futuro mais justo e sustentável para as comunidades rurais.

O trabalho conjunto entre essas organizações não apenas potencializa a visibilidade das lutas das mulheres extrativistas, mas também promove a ampliação do acesso a direitos sociais e à cidadania plena. Em espaços de formação política e de debate, as integrantes dessas redes têm a oportunidade de aprimorar suas habilidades de liderança e de negociação, contribuindo para a consolidação de uma agenda que prioriza a justiça social, a igualdade de gênero e a preservação ambiental. A experiência acumulada por meio das parcerias fortalece a autonomia das mulheres, permitindo que estas se posicionem de maneira mais assertiva frente aos desafios impostos pela modernização agrícola comercial e pelos interesses econômicos que ameaçam os modos de vida tradicionais.

Assim, destacamos a articulação entre tradição e inovação, evidencia que a experiência das mulheres da AMTR pode oferecer contribuições significativas para a transformação dos paradigmas agrários e ambientais, reafirmando o papel fundamental do protagonismo feminino na luta por direitos e pela construção de alternativas que promovam a justiça social e a preservação do meio ambiente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho monográfico trata do processo de organização política da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), destacando sua relevância enquanto movimento social engajado na luta por direitos, sobretudo os das mulheres quebradeiras de coco babaçu na região. Para tanto, foi feita a configuração de aspectos que sustentam a luta das mulheres no Brasil, com destaque para as quebradeiras de coco babaçu, que enfrentam desafios históricos e estruturais para garantir sua autonomia e direitos em múltiplos âmbitos.

Na análise da dinâmica da AMTR, foi possível observar que desempenha um papel essencial ao articular ações que transcendem o campo econômico e alcançam dimensões políticas, culturais e sociais, pois por meio de iniciativas voltadas à organização coletiva, capacitação, produção sustentável e defesa do meio ambiente, a AMTR tem promovido mudanças significativas na vida das mulheres envolvidas. Essas transformações incluem a ampliação da renda familiar, o fortalecimento da autoestima, a criação de espaços de liderança feminina e o fortalecimento da consciência política e ambiental.

Os resultados alcançados pela AMTR mostram que o trabalho coletivo das mulheres é capaz de gerar impactos concretos e duradouros. No campo econômico, a associação permite que as quebradeiras de coco babaçu tenham maior acesso a mercados e fortaleçam suas cadeias produtivas, promovendo o desenvolvimento local e sustentável. Politicamente, suas ações têm contribuído para a luta por políticas públicas que garantam o direito ao território e ao uso sustentável dos recursos naturais. No âmbito cultural e social, a preservação dos saberes tradicionais e o reconhecimento das mulheres como protagonistas são elementos fundamentais para a construção de uma sociedade baseada em relações mais solidárias.

No entanto, a pesquisa identifica desafios e contradições que exigem reflexão e superação. Entre eles, destacam-se as dificuldades de financiamento e estrutura, que limitam o alcance de algumas iniciativas; as barreiras culturais que perpetuam a desigualdade de gênero; e os entraves políticos que restringem a implementação de políticas públicas mais amplas e efetivas. Além disso, a sobrecarga de trabalho, que combina as atividades produtivas com as tarefas domésticas, ainda se apresenta como um obstáculo significativo para muitas mulheres.

Diante desses problemas, os principais desafios apontados incluem a necessidade de ampliação das redes de apoio e parcerias, o fortalecimento do protagonismo político das mulheres em espaços de decisão, e a criação de estratégias de comunicação e mobilização que ampliem o alcance das ações da AMTR. Também é fundamental que haja maior integração da

juventude na organização da luta por políticas públicas que assegurem condições estruturais e jurídicas para a continuidade e expansão do movimento.

Desse modo, ao longo do tempo, a AMTR vem tratando de diversos temas de interesse social, visando contribuir para a melhoria das condições de trabalho e vida das mulheres trabalhadoras rurais e de suas famílias. Essas experiências que ora destacamos ilustram como as mulheres passaram a se posicionar enquanto sujeitas no campo político, construindo ao longo desse processo uma identidade social e política que em primeira instância está associada à categoria de trabalhadora rural.

Por fim, este trabalho destaca que o processo organizativo da Associação não se limita à luta por direitos específicos das mulheres, mas contribui para a construção de uma sociedade mais justa, onde o das quebradeiras de coco babaçu são inspiração e exemplo para outros movimentos que almejam a transformação social em contextos de desigualdade. Assim, a pesquisa conclui sobre a importância do papel da AMTR na organização coletiva e da luta persistente como caminhos para a emancipação e para a construção de novas possibilidades de futuro.

REFERÊNCIAS

APIB. **Relatório de Terras Indígenas no Brasil**. Brasília: APIB, 2020. Disponível em: https://www.apiboficial.org**.** Acesso em: 18 fev. 2025.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Quebradeiras de coco babaçu - identidade e mobilização:** legislação específica e fontes documentais e arquivísticas (1915-1995). São Luís: MIQCB, 1995.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Transformações econômicas e sociais no campo maranhense:** autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão. São Luís, 1981.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SHIRAISHI NETO, Joaquim; MARTINS, Cynthia Carvalho. **Guerra ecológica nos babaçuais:** o processo de devastação das palmeiras, a elevação dos preços das commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís: Lithograf, 2005.

ALMEIDA, João Gabriel de; SODRÉ, Raimundo Barbosa; MATTOS JÚNIOR, João Soares de. O MATOPIBA nas chapadas maranhenses: impactos da expansão do agronegócio na microrregião de Chapadinha. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 47, p. 248-271, 2019.

ALMEIDA, Sílvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANDRADE, Maristela de Paula. Hoje, a mulher é a estrela - divisão sexual do trabalho guerreiro nas lutas camponesas do Maranhão. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). **Lutas camponesas:** condições, dilemas e conquistas. Vol. II. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

APIB. **Relatório de Terras Indígenas no Brasil.** Brasília: APIB, 2020. Disponível em: https://www.apiboficial.org. Acesso em: 18 fev. 2025.

AYRES JÚNIOR, José Costa. **A organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na microrregião do Médio Mearim Maranhense. 2007.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Na terra das palmeiras:** gênero, trabalho e identidades no universo de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do babaçu: gênero, materialismo e movimentos no Maranhão.** 2013. 267 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

CABRAL, Silvia Cristina Soares; FERREIRA, Bruno Alves; OLIVEIRA, Ana Maria Nascimento. Maranhão, um estado marcado pelo conflito de terra: resgate histórico de ocupação do estado e os conflitos por terra que ocorreram entre os anos de 1985 e 2018. **JOINPP, 2023.**

CARRAZZA, Luis Roberto; SILVA, Mariane Lima da; ÁVILA, João Carlos Cruz. **Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto do Babaçu.** Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). GOIÂNIA: CPT, 2022. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br. Acesso em: 5 jan. 2025.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo:** o espinhoso caminho para a liberdade. Goiânia: CPT, 1990. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br. Acesso em: 20 dez. 2024.

COSTA, Thiago Rodrigues da Silva; MATTOS JÚNIOR, João Soares de; SODRÉ, Raimundo Barbosa; SOUSA, Iran Barbosa Bezerra. Os conflitos agrários frente às novas dinâmicas territoriais no campo maranhense (1985-2018). **Revista Geonorte**, v. 38, p. 243-257, 2020.

DEL PRIORE, Maria. **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

DEL PRIORE, Maria. **Histórias íntimas:** sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidade. **História Oral**, v. 9-25, 2003.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Memória, disputas, resistência e ressentimento: a luta pelo protagonismo na narrativa de Therezinha Zerbini. **Tempo**, v. 26, n. 1, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2020v260210. Acesso em: 4 fev. 2025.

ERMÍNIO NETO, Raimundo. **Francisca e Miguel e a beleza na produção do Pacará:** Centrinho da Aparecida, Lago do Junco - MA. Embrapa Recursos Genéticos e Tecnologia. VI ed. Coleção 21ª, Brasília, 2020. Disponível em: https://www.embrapa.br. Acesso em: 20 jan. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano; NOVAES, Luísa. **Questão agrária e resistência no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. Do Alto Mearim ao Médio Mearim (MA): de espaço de conquista a lócus de fixação de migrantes nordestinos. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013.

GERMANI, Giovanni Ignacio. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, Antonio Serafim; SANTOS, Eliane Maria Carvalho; SILVA, Osvaldo de Andrade (orgs.). **(Geo)grafias dos movimentos sociais.** Feira de Santana, BA: UEFS, 2010. p. 269-304.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOBSBAWN, Eric. Os camponeses e a política. In: HOBSBAWN, Eric. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 215-239.

IBGE. **Censo Agropecuário 2021.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 13 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Portal IBGE Cidades.** Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama. Acesso em: 13 dez. 2024.

IMESC. **Atlas Socioeconômico do Maranhão.** São Luís: IMESC, 2022. Disponível em: https://www.imesc.ma.gov.br. Acesso em: 30 nov. 2024.

INCRA. **Relatório Anual de Reforma Agrária.** Brasília: INCRA, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/incra. Acesso em: 15 nov. 2024.

INCRA. **Relatório Anual de Reforma Agrária.** Brasília: INCRA, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/incra. Acesso em: 5 nov. 2024.

LINHARES, Anny da Silva. **A produção e comercialização do babaçu pelas quebradeiras de coco no Maranhão:** desafios e estratégias de resistência. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.

LIMA, Dayane de Sousa. **Conflitos da Terra no Médio Mearim:** atuação de posseiros, movimentos sociais e Igreja Católica no Maranhão (1970-1990). Curitiba, 2023.

LIMA, Dayane de Sousa. **Franciscanos e missão:** atuação na Diocese de Bacabal e na Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção em conflitos de terra no Médio Mearim (1970-1980). São Luís, 2018.

LIMA, Francisco Gabriel de Sousa; MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho. **Luta camponesa e movimento social na região Médio Mearim:** conflitos e conquistas na Comunidade de Ludovico, Lago do Junco (MA). Universidade Federal de São Carlos, 2013.

LIMA, Pedro. **Movimentos sociais e reforma agrária no Brasil:** o caso do Maranhão. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

MARTINS, Cynthia Carvalho. **Agricultura e garimpo na lógica camponesa:** os deslocamentos como categoria de análise. 2000. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2000.

MARTINS, José de Sousa. A Igreja face à política agrária do Estado. In: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e Questão Agrária.** São Paulo, 1985.

MENDES, Joana. **A sustentabilidade dos assentamentos rurais no Maranhão.** Recife: Editora UFPE, 2015. Disponível em: https://www.editora.ufpe.br. Acesso em: 10 fev. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. Terra, trabalho e crenças: identidade e territorialidade camponesa. In: NEVES, Delma Pessanha (org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2019.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. Ó dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.). **Uma crise da razão.** São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte; Ed. Schwarcz Ltda., 1996. Disponível em: https://iedamagri.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/04/ranciere_dissenso.pdf. Acesso em: 19 dez. 2024.

RÊGO, Josoaldo Lima; ANDRADE, Maristela de Paula. História de mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. **Agrária**, São Paulo, n. 3, p. 47-57, 2006. Disponível em: https://www.revistaagraria.com.br. Acesso em: 15 fev. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Luciana Nunes dos. **Arranjos produtivos do coco de babaçu e qualidade de vida na Região do Bico do Papagaio – TO.** 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2012.

SHIRAISHI, Joaquim. **O direito das minorias:** passagem do “invisível” real para o “visível” formal? Manaus: UEA Edições, 2013.

SILVA, Edson Sousa da. **A dinâmica do movimento pela educação e a luta pela terra no Médio Mearim.** 2015. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.

SILVA, Jessé Lima da. **Babaçu livre, Terra e Movimento:** a luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu e a produção de sabonetes. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Maranhão, Bacabal, 2020.

SILVA, Jessé Lima da. **Babaçu, Terra e Memória de Comunidade:** a história em três tempos de luta. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

SILVA, Linalva Cunha Cardoso. **Quebradeiras de coco babaçu, organização e mobilização política no Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, região do Médio Mearim (MA):** a experiência na fábrica de sabonete. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

SOUZA, Karla. **Políticas públicas e desenvolvimento agrário no Nordeste brasileiro.** Fortaleza: Editora UFC, 2012.

SOUZA, Maria Izabel Siciliano de; ABDALA-MENDES, Maria Ferreira. A formação científica e profissional das mulheres no Brasil: a contribuição de Bertha Lutz. **História da Ciência e Ensino**, v. 18, ed. especial, p. 22-46, 2018.

SUGUIMOTO, Djames Yoshikazu de Lima. **Babaçu livre:** o pensamento decolonial frente à proposta da sustentabilidade. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2017.

TÁVORA, José. **Reforma agrária no Maranhão e concentração de terras.** São Luís: Editora Universidade do Maranhão, 2005.